

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

A perceção das atividades políticas em ambiente digital:  
Estudo exploratório no Concelho de Torres Vedras em área urbana e área rural

Carolina Antunes Cosme

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:  
Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

A perceção das atividades políticas em ambiente digital:  
Estudo exploratório no Concelho de Torres Vedras em área urbana e área rural

Carolina Antunes Cosme

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:  
Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

*Para a minha família*



## Agradecimento

Ao terminar a minha dissertação percebo que a etapa de estudante acaba com a minha maior prova de esforço e perseverança. Não posso deixar de enumerar as pessoas que me conceberam as oportunidades e as ferramentas que me permitiram chegar ao fim deste percurso com um sentimento de esperança e de objetivo cumprido.

Primeiramente, quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Guya Accornero, pela sua inestimável orientação e apoio ao longo de todas as etapas desta dissertação. O seu contributo e auxílio foram indispensáveis para este estudo.

Quero também agradecer aos meus pais pela oportunidade de investir na minha formação e por toda a ajuda em momentos de maior preocupação.

Devo, de igual forma, agradecer a todos aqueles que me conceberam momentos de descontração e de diversão:

- Aos meus amigos, obrigada por todas as palavras de ânimo e por todas as distrações e memórias felizes que me proporcionaram durante este ano;
- À ESN Lisboa, uma associação que me deu mais durante este ano do que eu alguma vez conseguirei colocar em palavras;
- Por último, mas certamente o agradecimento mais importante, à minha família, em especial aos meus pais, à minha irmã Raquel, aos meus primos e às minhas tias: Lurdes, Ana, Isabel e Teresa, obrigada por me mostrarem todos os dias o verdadeiro valor da palavra “família” e por estarem sempre próximos.



## Resumo

As novas tecnologias têm exercido um papel central em várias vertentes da sociedade e a esfera política não é exceção. Sendo este um fenómeno de relevo, importa pensar na forma como as atividades políticas em ambiente digital são percecionadas, nomeadamente sobre a possibilidade de serem efetivamente consideradas participação política pela população. Este estudo exploratório nasce perante uma lacuna na aplicação desta discussão na sociedade portuguesa, considerando de particular interesse contribuir para compreender se existem diferenças de perceção condicionadas pelo ambiente rural e urbano. O Concelho de Torres Vedras foi selecionado pela sua proximidade a uma grande cidade (Lisboa) e pelas iniciativas de democracia digital promovidas pelo governo local. Foram escolhidas duas das suas freguesias: uma urbana, a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e outra rural, a União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, determinando aleatoriamente os participantes neste estudo. De modo a alcançar uma narrativa, foram analisados os 72 questionários recebidos e as 5 entrevistas semiestruturadas efetuadas. Concluiu-se que os participantes reconhecem o impacto e o papel que o meio digital tem e percecionam de forma favorável as atividades políticas digitais, na sua maioria, enquanto modos de participação política. Não se verificou diferenças significativas na perceção entre os participantes da zona rural e da zona urbana, contudo não foi possível afirmar que o local de residência não é um fator que condiciona a perceção, sendo necessária uma investigação mais aprofundada para esse efeito.

**Palavras-chave:** Democracia Digital; Participação Política; Internet; Perceção



## **Abstract**

New technologies have exercised a pivotal role in various fields of society and the political sphere is not an exception. This being a relevant phenomenon it is important to think about how the online political activities are perceived, particularly about the possibility of them being actually considered political participation by the population. This exploratory study was created in the face of a gap in the application of this discussion in the Portuguese society, considering of particular interest to help understand the possibility of existing differences in terms of perception conditioned by the rural and urban environment. The municipality of Torres Vedras was selected because of its proximity to a big city (Lisbon) and considering the digital democracy initiatives being promoted by the its local government. Two of its parishes were chosen: one urban, the Parish of Santa Maria, São Pedro and Matacães, and one rural, the Union of Parishes of Carvoeira and Carmões, randomly selecting the participants of this study. To obtain a narrative, the 72 questionnaires received and the 5 semistructured interviews conducted were analysed. It was concluded that the participant recognise the impact and role of the digital environment and perceive favourably online political activities, for the most part, as modes of political participation. There were no significant differences in the perception between the participants of the rural and urban areas, however it was not possible to conclude that the place of residence is not a factor that conditions perception and further research is needed for that purpose.

**Keywords:** Digital Democracy; Political Participation; Internet; Perception



# Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Quadros	xi
Índice de Figuras	xiii
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão de Literatura	3
1.1. Democracia digital - enquadramento	3
1.2. As atividades políticas no meio digital	4
1.2.1. As atividades políticas na Internet: perspetivas de avaliação	4
1.2.2. O papel da Internet na mobilização política	5
1.3. Participação Política	6
1.3.1. A evolução do conceito: da participação tradicional à participação <i>online</i>	6
1.3.2. Fatores condicionantes da participação política digital	7
1.3.3. Aspetos positivos e receios da participação política digital	8
1.4. O contexto português	9
1.4.1. A participação política em Portugal	9
1.4.2. As iniciativas digitais	10
1.4.3. O Concelho de Torres Vedras	11
Capítulo 2. Metodologia da Investigação	13
2.1. Objeto de estudo	13
2.2. Estratégia metodológica	14
2.2.1. Desenho do questionário	15
2.2.2. Desenho da entrevista	16
2.3. Análise dos dados	17
2.4. Questões éticas	17
Capítulo 3. Inquirir sobre a política em meio digital	19
3.1. Considerações sobre a política em meio digital	19
Capítulo 4. Explorar as visões sobre a participação política digital	29
4.1. Orientações	29
4.2. As visões sobre a participação política digital	29

Capítulo 5. A percepção das atividades políticas em ambiente digital	35
Conclusão	39
Referências Bibliográficas	41
Anexos	45

## Índice de Quadros

QUADRO 4.1. - ESCALA DE EFICÁCIA POLÍTICA RESULTANTE DAS RESPOSTAS DO GRUPO 1.....	22
QUADRO 4.2. - ESCALA DE EFICÁCIA POLÍTICA RESULTANTE DAS RESPOSTAS DO GRUPO 2.....	22
QUADRO 5.1. - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	29



## Índice de Figuras

FIGURA 4.1. - RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO 1 À QUESTÃO N. °3 DO QUESTIONÁRIO .....	20
FIGURA 4.2. - RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO 2 À QUESTÃO N. ° 3 DO QUESTIONÁRIO .....	21
FIGURA 4.3 - RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO 1 À QUESTÃO N. °5 DO QUESTIONÁRIO .....	23
FIGURA 4.4. - RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES DO GRUPO 2 À QUESTÃO N. ° 5 DO QUESTIONÁRIO .....	24



# Introdução

Na contemporaneidade, a Internet está presente e podemos mesmo afirmar que é uma peça central na vida de todos os cidadãos. “Enquanto quisermos viver em sociedade, neste momento e neste lugar, teremos de lidar com a sociedade em rede.”<sup>1</sup> (Choi, 2016, p. 1). O autor (2016) menciona Castells<sup>2</sup>, que em 2001 afirmou a impossibilidade de nos excluirmos da sociedade em rede e digitalizada que hoje existe.

Frente a este cenário, importa notar que a esfera política também se tem vindo a adaptar às novas tecnologias e às atividades e iniciativas que vão surgindo em ambiente digital. Deste modo, esta dissertação ambiciona entender a perceção dos cidadãos sobre as atividades políticas no mundo digital, nomeadamente compreender se as assumem como participação política.

A investigação tem como base dois estudos sobre a relação entre as novas tecnologias e a política. O primeiro é de Smith, et al. (2019) e o segundo de Wike, et al. (2022), ambos publicados pelo Pew Reseach Center. As investigações recolheram dados através de inquéritos de grande escala numa amostra que contou com participantes de diversos países, com vista a obter as suas visões sobre a temática. Os estudos alcançaram resultados semelhantes, demonstrando que o público reconhece os benefícios e o impacto dos *media* digitais, mas valoriza os custos e as limitações subsequentes da sua utilização no contexto político, nomeadamente o risco da manipulação, desinformação e divisões.

Considerando a literatura referida, a perceção da população sobre a relação existente entre as novas tecnologias e a política já foi objeto de análise. Contudo, a literatura ainda carece de maior aprofundamento quanto à perceção do que realmente é considerado pelos cidadãos de participação política no contexto português. O objetivo da dissertação é contribuir para esta análise com um estudo exploratório sobre as perceções das atividades políticas no mundo digital entre os residentes do Concelho de Torres Vedras.

Neste contexto, as duas questões de partida da investigação são as seguintes: *Os participantes consideram atividades políticas na Internet como participação política?* e *Existem diferenças significativas entre a perceção da população na zona urbana e na zona rural do concelho de Torres Vedras?*. Assim, as duas hipóteses em estudo são: as atividades políticas no mundo digital são consideradas como participação política; existem diferenças na perceção dos participantes, comparando os dois grupos em análise: os participantes da zona rural e os da zona urbana.

Para responder às questões de partida e ao objetivo da investigação, foi realizada uma análise através de questionários mistos que garantem as bases do estudo e entrevistas que fornecem *insights* e perceções mais específicas. As respostas foram depois codificadas e interpretadas através de uma análise

---

<sup>1</sup> Tradução própria

<sup>2</sup> Castells, M. (2001). *The Internet galaxy: Reflections on the Internet, business, and society*. Oxford University Press

de conteúdo no caso dos questionários e, no caso das entrevistas com uma análise temática, possibilitando uma narrativa estruturada das percepções dos grupos de participantes da área rural e da área urbana.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, iniciando com a Revisão de Literatura, nomeadamente sobre: democracia digital, atividades políticas no digital e participação política. Será analisado de seguida o contexto nacional e, particularmente o de Torres Vedras, do ponto de vista de participação política e de iniciativas políticas no digital. Num segundo capítulo, é apresentado o desenho de pesquisa: as escolhas metodológicas de recolha e análise dos dados, bem como, o desenho da estrutura do questionário e da entrevista. Seguidamente, apresentar-se-á a análise dos dados dos questionários (Capítulo 3) e das entrevistas (Capítulo 4). O Capítulo 5 mostra a discussão dos dados frente aos objetivos e hipóteses em estudo. Por fim, na Conclusão, será explicado o cumprimento dos objetivos propostos, considerando também os contributos e dificuldades da investigação realizada nesta dissertação.

## Revisão de Literatura

### 1.1. Democracia digital – enquadramento

Com a emergência das Tecnologias da Informação e Comunicação, torna-se imperativo descrever o panorama da democracia atual que se distingue pela emergência do espaço digital como contexto da chamada “democracia digital”.

O conceito de democracia tem evoluindo: nos anos 80 existia uma relação próxima entre a tecnologia facilitada através dos canais televisivos e a democracia, nomeadamente, na partilha de informação e na facilitação da participação (Berg & Hofmann, 2021). Nos anos 90, com a emergência de novos meios virtuais de comunicação e do neoliberalismo, a liberdade de representação dos interesses e visões individuais tornou-se cada vez mais forte, mas, ao mesmo tempo também se intensificou a criação de comunidades virtuais (Berg & Hofmann, 2021). Já o início do século XXI, marca uma transição dos utilizadores da Internet para criadores de conteúdo, podendo exercer um papel mais central na participação política (Berg & Hofmann, 2021).

Lindner e Aichholzer (2020) alinham o enquadramento teórico da democracia digital, no contexto do envolvimento do público nas decisões, na derivação da democracia participativa e da democracia deliberativa, que enfatizam uma participação política inclusiva e melhor. A primeira pressupõe os valores e o bem comum pensados em comunidade e a segunda considera a abertura a vários participantes, uma pluralidade de pontos de vista e liberdade de expressão nas tomadas de decisão (Lindner & Aichholzer, 2020). É de ressaltar a visão de Habermas de democracia deliberativa (Habermas, 1992/1996) e a sua enfatização da esfera pública para a “autodeterminação coletiva”<sup>3</sup> (Berg & Hofmann, 2021, p. 5).

Em modo de resumo, de acordo com o Conselho da Europa (2009) a democracia digital deve ser assumida como um apoio eletrónico das atividades democráticas, complementando os modos tradicionais (Conselho da Europa, 2009, p. 11)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Tradução própria

<sup>4</sup> “P.2. A democracia eletrónica é uma das várias estratégias de apoio à democracia, às instituições democráticas e aos processos democráticos e de difusão de valores democráticos. É adicional, complementar e interligada com os processos tradicionais de democracia. Cada processo tem os seus méritos: nenhum é aplicável universalmente.” (Conselho da Europa, 2009, p.11. – Tradução própria).

## 1.2. As atividades políticas no meio digital

### 1.2.1. As atividades políticas na Internet: perspectivas de avaliação

Com a expansão do papel do mundo digital, o envolvimento dos cidadãos a nível político também passou a ser analisado considerando as suas atividades em ambiente virtual.

Começando pelas atividades que podem ser exercidas no meio digital, Gibson e Cantijoch (2013, Tabela 1), para efeitos da sua investigação sobre a conceção de participação política *online*, realizaram uma divisão entre modos de participação política e envolvimento passivo na política, avaliação que irá ser considerada para efeitos de exemplos neste estudo exploratório. Por atividades de participação política as autoras (2013) pensam em eleições, atividades relacionadas aos partidos, protesto, contacto com figuras políticas, atividades realizadas em prol da comunidade e o boicote. Por outro lado, como envolvimento passivo incluem ler jornais, discutir política e atividades mais expressivas como o uso de emblemas políticos, realização de discursos ou envio de publicações (p. 707, Tabela 1).

Desta forma, Bossetta, et al. (2017, pp. 59-60) sugerem que o cidadão exerce quatro tipos de comportamentos político na Internet: criar conteúdo, comentar, disseminar conteúdo através de “gostos” e ouvir (“*listening*”), um termo que os autores reconhecem o crédito a Crawford (2009) e que se refere à forma mais passiva pois apenas se remete aos utilizadores que leem conteúdo político, mas não interagem. Esta vertente informativa dos meios digitais é também explorada por Feezell (2016), que aborda a temática realçando a forte relação entre a informação e a participação. De acordo com a autora (p. 1), o mundo digital elevou essa relação, permitindo a troca de informação sem limites estatais, obstáculos horários ou linguísticos.

Ora, surge, neste seguimento, uma necessidade de explorar a avaliação das atividades políticas na sua integração ao repertório de participação política. Adicionando à conceção de Gibson e Cantijoch (2013) de atividades de participação ativa, destacam-se as petições *online*, os *blogs* e a utilização das redes sociais em contexto político (Bimber et al., 2014). Theocharis e Van Deth (2018) propõem outras ainda, como por exemplo: doações, fazer voluntariado, “compra de produtos por razões políticas”<sup>5</sup>, contactar políticos, reuniões de cariz político, comentar publicações *online* e “trabalhar para partidos ou candidatos políticos”<sup>6</sup> (p. 10, Figura 1). De acordo com Friess (2021), as partilhas, os “gostos” e os comentários, são referidos como elementos da “*participatory umbrella*” (p. 345), distinguindo-se das petições *online*, orçamento participativo *online* e consultas políticas digitais que o autor apelida de “*e-participation*” e vê como oportunidades criadas pelas autoridades públicas.

Neste contexto, novos estudos têm emergido que assumem que as atividades no espaço digital são modos independentes de envolvimento político (Gibson & Cantijoch, 2013, tal como mencionados em Theocharis, 2015). Gibson e Cantijoch (2013, p. 703) indicam a perspectiva de Schlozman, et al. (2010)

---

<sup>5</sup> Tradução própria

<sup>6</sup> Tradução própria

que, apesar de demonstrarem uma visão do potencial dos meios digitais para fomentar participação, em 2010 mostraram uma atitude crítica face à equiparação entre “seguir” um candidato e participar numa campanha, e até das próprias plataformas sociais como palcos para atividades políticas organizadas.

Destaca-se a investigação de Theocharis (2015) que explorou a inclusão das atividades no digital como formas de participação. O autor destaca a definição de participação política assumida em Van Deth (2014, p. 351), que a distingue como uma atividade exercida por cidadãos, de forma voluntária e que lida com o governo, política ou o estado. De acordo com esta definição, Theocharis (2015) nota que comunicar com um político por rede social, enviar uma foto de um problema da comunidade para a página da Câmara Municipal ou partilhar informação de um protesto são consideradas atividades de participação política. Todavia, o autor exclui atos como “gostar” publicações pois as caracteriza como demasiado “fáceis” e “inefetivas” (p. 7). Theocharis (2015) argumenta que esta atividade indica apenas uma atitude e não uma ação, contudo não exclui a hipótese de ter consequências participativas se, por exemplo, gerar uma discussão política.

No mesmo seguimento, Morozov é um dos autores mais críticos da participação política digital, declarando que estas atividades apenas criam uma ilusão de impacto social nos cidadãos (Morozov, 2009). Defendendo a passividade individual da utilização dos meios digitais como instrumentos que garantam objetivos políticos, Morozov (2009), mencionado em Ruess, et al., (2023) salienta também o mínimo esforço e mínimo compromisso individual de atividades digitais que podem conduzir à sua ineficácia em atingir objetivos políticos. Segundo o autor, emergem então os termos *slacktivism* ou *clicktivism*, que traduzem a ideia das atividades digitais como não sendo participação (Morozov, 2009, como mencionado em Theocharis e Van Deth, 2018). Também Lindgren (2019) sugere a interpretação que o ativismo digital, especialmente aquele proveniente de *hashtags*, ainda está associado a uma atitude preguiçosa em comparação aos esforços e “sacrifícios” de atividades *offline* (p. 6).

Em suma, as atividades políticas no digital criam um debate sobre a sua definição enquanto participação política, invocando perspetivas divergentes. Porém, o impacto e a centralidade da Internet na Política não pode ser ignorado e é neste contexto que incide esta investigação.

### **1.2.2. O papel da Internet na mobilização política**

Um dos temas mais impactantes no estudo do mundo digital na esfera da participação política é o dos movimentos sociais. As novas tecnologias e o seu papel cada vez mais central na esfera política fizeram com que, de acordo com Jackson (2018), novas conceções do seu papel na ação coletiva e na capacidade de provocar mudanças sociais emergissem.

Segundo Dolata e Schrape (2015), as novas tecnologias permitem uma maior interatividade, organização e controlo das atividades dos movimentos sociais, além de “[...] facilitar a comunicação externa e abrir novas possibilidades para exprimir as suas queixas, influenciar a opinião pública,

aumentar a visibilidade e a mobilização das atividades de protesto.”<sup>7</sup> (p. 15). Campos, et al., 2016, sugerem o palco digital como um novo espaço “[...] que permite a explanação de discursos, projetos e causas, e a transferência de informação e conhecimento” (p. 31). Nesta perspectiva, as novas formas digitais de conexão têm exercido um impacto nas mobilizações de larga-escala (Beissinger, 2017).

Também Cardoso, et al. (2017) destacam as novas tecnologias como “instrumentos” (p. 406) de mobilização, nomeadamente no envolvimento dos cidadãos na partilha de informação. Em Portugal, os autores exemplificam a *Geração à Rasca*, de 2011, como uma mobilização que surgiu independente de atores institucionais e angariou elevada atenção da população e foi, na sua maioria, organizada através do Facebook. Em 2016, Cardoso e Lapa já haviam salientado o papel das plataformas sociais nesta mobilização (Lapa & Cardoso, 2016) como centrais na partilha de conteúdo nas redes sociais (Cardoso, et al., 2017). Os autores (2017) concluem que as novas tecnologias são fulcrais nos movimentos sociais na contemporaneidade. Já Earl e Kimport (2011), mencionados em Feezell (2016), salientam que a Internet permite aos participantes mobilizarem-se sem ter de estar no mesmo sítio ao mesmo tempo.

Segundo Campos, et al., (2016), e em modo de resumo, o meio digital funciona como ferramenta dos movimentos sociais, nomeadamente pela sua vertente de comunicação e divulgação de forma ágil e em larga escala. Neste sentido, os autores indicam que a Internet permite a reprodução de atividades físicas, como petições ou manifestações, mas também um repertório mais extenso ao nível da contestação ao considerar atividades que existem apenas no mundo digital, como os “leaks” ou “*website mirroring*” (p. 30).

### **1.3. Participação Política**

#### **1.3.1. A evolução do conceito: da participação tradicional à participação *online***

O conceito de participação política é fulcral para esta investigação por ser critério de avaliação democrático e porque é a base para toda a avaliação das atividades políticas e pelo impacto da Internet nas mesmas.

Neste seguimento, é importante perceber as diferentes visões e a perspetiva histórica do conceito de participação política. Sendo que, acompanhando o processo evolutivo da relação entre os meios digitais e o contexto democrático, também o próprio conceito de participação política tem vindo a ser repensado. Todavia, como já foi possível constatar, o consenso não é claro, nomeadamente sobre as atividades que devem ser abrangidas no termo “participação política” (Gibson & Cantijoch, 2013).

Iniciando com uma perspetiva histórica, em investigações anteriores à década de 60, a participação política encontrava-se limitada às eleições (Kim & Hoewe, 2020). Foram Verba e Nie (1972) que ofereceram a definição mais comumente utilizada do conceito de “participação política”, aplicando-o a atividades exercidas por cidadãos que garantissem influência na tomada de decisões (Theocharis & Van

---

<sup>7</sup> Tradução própria

Deth, 2018; Viegas, et al., 2011). Este conceito de Verba e Nie (1972), assume participação política tradicional como estando dividida em quatro modos: “voto”, “campanhas”, “atividade cooperativa” e “contactos iniciados por cidadãos”<sup>8</sup> (Theocharis & Van Deth, 2018). Foi também nos anos 70 que formas “extrainstitucionais” começaram a ser pensadas como participação política (Gibson & Cantijoch, 2013, p. 702).

Só no final da década de 90 e início do novo milénio, com a revolução das telecomunicações (Beissinger, 2017), é que a forma de comunicar se alargou também para um novo espaço: o digital, abrindo uma discussão para a relação entre o mundo digital e a participação política (Bimber et al., 2014). Esta mudança surtiu efeitos em todos os ramos da sociedade, com especial atenção para o ambiente político e o surgimento do conceito de “*e-participation*” que pretende o envolvimento eficaz dos cidadãos na vida política e cívica (Pitogo & Ramos, 2020, p. 518). Ao nível do conceito, para efeitos da investigação, tendo em consideração a adaptabilidade e constante transformação do mesmo, irá ser considerada a definição de participação política *online* de Lutz, Hoffmann e Meckel (2014): “A participação política *online* é a criação e a partilha de conteúdos na Internet dirigidos a um público específico e motivados por um objetivo social.”<sup>9</sup> (p. 2).

Ora, tendo esta evolução em consideração, o envolvimento dos cidadãos também sofreu novas conceções teóricas. Em 2003, a OCDE identificou três graus de participação, referidos em Fedotova, et al. (2012, p. 154): “informação”, quando os cidadãos são recetores da mesma por parte dos governantes; “consulta”, quando existe abertura para *feedback*; participação ativa, quando existe uma relação entre os cidadãos e o governo na formulação de políticas. Já em 2007, a *International Association for Public Participation* definiu que o termo “participação ativa” deveria ser dividido entre “envolvimento”, “colaboração” e “empoderamento”<sup>10</sup> do público (como mencionado em Fedotova, et al., 2012, p. 154).

Em suma, o conceito de participação política tem vindo a ser discutido e trabalhado de forma mais completa, vindo a incluir formas digitais como atividades políticas nas redes sociais, publicações ou a integração em grupos políticos nas plataformas (Gibson & Cantijoch, 2013). Porém, ainda se reconhece alguma discordância sobre se as atividades políticas no digital são participação. Face a este debate, esta investigação procura complementar os estudos da participação política *online*.

### **1.3.2. Fatores condicionantes da participação política digital**

O envolvimento do cidadão na participação política é condicionado por diversos fatores, sendo esses subjetivos às investigações de cada autor. Segundo Pitogo e Ramos (2020), os cidadãos tendem para a participação política digital quando existe conhecimento e interesse prévio no assunto, algum tipo de recompensa ou ganho próprio e quando acreditam na dedicação dos representantes do seu governo.

---

<sup>8</sup> Tradução própria

<sup>9</sup> Tradução própria

<sup>10</sup> Tradução própria

Já a idade é outro fator que, de acordo com diversos investigadores, condiciona a participação política no panorama digital. Segundo Di Gennaro e Dutton (2006) existe uma tendência para os jovens (14-24 anos) utilizarem a Internet. Já Oser, et al. (2013) alegam que a idade é um fator que garante maior motivação para participar. Também Theocharis e Van Deth (2018) referem que novos modos de participação política têm especial representação na faixa etária mais jovem, que apresenta maior desconexão com a política tradicional (Dalton, 2008; Cammaerts, et al., 2014; Sloam, 2014, como mencionados em Theocharis & Van Deth, 2018, p.2). Por sua vez, Wike, et al. (2022) apresentam dados que confirmam que a geração jovem (18-29 anos) não só utiliza mais avidamente as redes sociais, como também são os jovens quem evidenciam maior probabilidade de identificar a Internet como uma ferramenta positiva para a democracia. A este argumento importa notar que esta visão não exclui a possibilidade de os jovens participarem tradicionalmente na política, enfatiza apenas a tendência para a utilização dos meios digitais.

Por fim, de acordo com a investigação de Feezell (2016) sobre os fatores que preveem participação, destacam-se o compromisso ideológico, a instrução e o género. Já a idade, contrariamente às investigações anteriormente mencionadas não se traduz, segundo os seus resultados, como fator de participação política *online*, apesar da autora confirmar serem um condicionante da participação política *offline*.

### **1.3.3. Aspetos positivos e receios da participação política digital**

No contexto da emergência dos novos meios de informação e comunicação na Internet e o seu envolvimento na esfera política, surgem visões diversas sobre os aspetos positivos e os receios que advêm do fenómeno.

Salientam-se, primeiramente, os dois estudos que contribuíram como base para esta investigação sobre a perceção da população acerca das atividades políticas no mundo digital. Em Smith, et al. (2019), os autores identificam um receio generalizado relacionado com os custos, isto é, os inconvenientes dos *media* sociais digitais, sendo que, a amostra sob investigação também identifica alguns benefícios. Neste seguimento, a população inquirida apesar de reconhecer a oportunidade de conexão, obter informação e ter um papel mais ativo na política doméstica, também identifica limitações da tecnologia como instrumento político, nomeadamente, receando manipulação e a desinformação (Smith et al., 2019). O segundo estudo de referência é de Wike, et al. (2022), em que os autores concluem que a maioria dos inquiridos perceciona um impacto positivo dos *media* sociais na democracia, contudo as limitações não são ignoradas. Os aspetos negativos assumidos pelos participantes incluem o perigo da manipulação e da desinformação e da divisão. Já os aspetos positivos ressaltados passam pela garantia de informação, pela visão dos meios digitais como ferramentas que produzem efeitos influenciadores e pela permissão de existência de um espaço para o público se expressar (Wike et al., 2022).

Deseriis (2021) argumenta a diminuição dos obstáculos à participação política como um benefício dos meios digitais e como garantia de uma maior aproximação e comunicação mais direta entre os cidadãos e os decisores políticos. O autor (2021) alega que a participação política no meio digital permite o aumento da monitorização das opiniões da população por parte dos seus representantes, da transparência e da responsabilidade dos representantes e da cooperação nas iniciativas políticas.

Campos, et al., (2016) apontam como aspetos positivos a capacidade dos meios digitais de elevar a potencialidade de expressão de grupos e causas minoritárias, auxiliando no impacto que estes conseguem efetuar na esfera pública, mas também o papel da Internet na mobilização e participação política em atividades ativistas. Neste cenário, os autores (2016) identificam como desafios a superação da visão do ativismo digital como *clicktivism/slacktivism*, a garantia de não sobrevalorização do meio *online* em relação ao *offline*, sendo que os públicos vão ser diferenciados e é necessário chegar a ambos, a gestão dos filtros da informação e, por último, o funcionamento das atividades do digital que garantam a não intervenção de atores poderosos.

Já Bossetta, et al. (2017) contribuem com argumentos para esta visão cética dos novos meios de comunicação pelo seu impacto mínimo, todavia apresentam também como crítica a linguagem política usada nas redes sociais – emocional e moralmente subjetiva. Hoffmann e Lutz (2021) referem a potencialidade de a Internet reforçar as desigualdades de acesso e de participação.

Por sua vez, com aspetos positivos a apresentar, destaca-se Fedotova, et al. (2012) que indicam que a introdução das novas tecnologias no processo político permite a existência de ferramentas para uma tomada de decisões mais eficaz. Já Smith e Dalakiouridou (2009), mencionados em Fedotova, et al. (2012, p. 153), apontam: a eficiência e a eficácia dos serviços, a qualidade e legitimidade das decisões, a cidadania ativa, a redução de custos, a maior capacidade deliberativa e a maior capacidade de processar informação.

Assim sendo, é possível constatar um debate profundo nas visões sobre o tema das atividades políticas no meio digital, sendo que os receios remetem para os perigos e desafios impostos pela Internet.

## **1.4. O contexto português**

### **1.4.1. A participação política em Portugal**

Vários autores (Manoel, et al., 2021; Gray & Caul, 2000; Freire & Magalhães, 2002; Hooghe & Kern, 2017; Viegas et al., 2011) sugerem um afastamento da atividade política por parte dos cidadãos na generalidade das sociedades democráticas ocidentais e europeias, incluindo Portugal, sendo notório na participação política no processo eleitoral e na adesão a partidos políticos (Manoel et al., 2021, p. 1).

Em estudos recentes começou a ser avaliado o contexto local e a distribuição espacial desequilibrada quando se trata da participação política eleitoral (Cho & Gimpel, 2009; Kavanagh et al., 2006; Taiwo & Ahmed, 2015; Mansley & Demšar, 2015; Pattie et al., 2015, como mencionados em Manoel et al., 2021, p. 2). Para o caso português, Manoel et al. (2021) concluem que existe uma

disparidade entre o interior do país e as zonas mais próximas das grandes cidades de Lisboa e Porto, sendo que quanto mais longe das grandes cidades, menor será o valor percentual de participação eleitoral. A justificação está relacionada à maior urbanização e ao maior acesso a informação e mais mobilidade, permitindo uma participação mais elevada (Fornos, et al., 2004, como mencionados em Manoel et al., 2021).

Magalhães (2005, p. 974) considera as investigações de Cabral (1997 e 2000) para elucidar que os baixos resultados ao nível da participação podem ser explicados pelas desigualdades económicas e baixo nível de competências cívicas. O autor identifica ainda um nível elevado de descontentamento no contexto democrático nacional e afirma que, enquanto na generalidade dos países nestas circunstâncias o ativismo político cresce, em Portugal prevalece um nível baixo de envolvimento político dos cidadãos (Magalhães, 2005).

Tendo em consideração estas perspetivas mais críticas da sociedade portuguesa e do seu afastamento da esfera política, é de notar dois argumentos que fazem frente a esta ideia e que se inserem numa visão mais atual da literatura sobre a temática. O primeiro é referente à possibilidade de existência de modos não convencionais de participação no panorama participativo português. Destaca-se o trabalho da investigadora Guya Accornero que tem vindo a desenvolver a disciplina dos movimentos sociais em Portugal. Segundo Accornero (2016), existe um paradoxo na conceção de Portugal, considerado geralmente, como tendo uma sociedade enfraquecida ou adormecida (“*mild-mannered*”, p. 359) no envolvimento político e no facto de ser também o país que demonstrou, no PREC (Processo Revolucionário em Curso), umas das maiores mobilizações sociais no período pós-guerra. Assim sendo, a autora realça a capacidade de mobilização e de resistência da sociedade portuguesa em momentos críticos. Destacam-se as investigações sobre o ciclo de protesto anti austeridade que se fez sentir em Portugal, nomeadamente entre 2010-2013 (Accornero & Ramos Pinto, 2015; Accornero, 2017; Accornero & Kousis, 2023), que confirmam esta perspetiva ao analisar as manifestações e protestos contra medidas de austeridade que acontecerem no nosso país. Neste sentido, Accornero e Ramos Pinto (2015) não notam uma sociedade civil enfraquecida no que toca à resposta à austeridade sentida.

Já o segundo argumento remete para a utilização das novas formas de comunicação, de ação e de acesso à informação pela Internet. De acordo com Cardoso, et al. (2017, p. 420) o panorama participativo no sul da Europa, não está diminuído apenas se têm evidenciado alterações nas formas de participação dos cidadãos. Os autores (2017, p. 424) admitem o papel dos novos *media* nesta temática como catalisadores da mudança, sendo considerados uma parte integral dos movimentos sociais contemporâneos, alinhando ideias e demonstrações físicas.

#### **1.4.2. As iniciativas digitais**

Entre junho e agosto de 2022, o Instituto Nacional de Estatística realizou um inquérito sobre a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em Portugal e os resultados foram favoráveis:

“88,2% dos agregados familiares em Portugal têm ligação à internet em casa e 84,6% têm uma ligação por banda larga, mais 0.9 pontos percentuais (p.p.) na ligação à internet e mais 0.5% p.p. na ligação por banda larga do que em 2021.” (Instituto Nacional de Estatística, [INE], 2022).

Tendo em consideração estes dados recentes e o aumento da oportunidade de acesso à Internet, é relevante pensar em como Portugal tem investido no digital na esfera política. Em 2012, Fedotova, et al. apresentaram uma investigação que teve como caso de estudo os *websites* do governo português, de modo a analisar a promoção de iniciativas de participação política eletrónica. Nesse sentido, à data da sua investigação concluíram que entre os 40 *websites* de Câmaras Municipais analisados, 36 limitavam-se a partilhar informação, apenas 1 (Funchal) consultava os cidadãos eletronicamente para proporem novas iniciativas e 3 das Câmaras Municipais permitiam uma colaboração com os cidadãos, contudo essa era limitada à participação no orçamento.

Já em 2020, foi lançado o Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal, que tem como objetivo acelerar a transformação digital do país através da capacitação digital dos cidadãos, das empresas e da digitalização do Estado (Direção-Geral das Atividades Económicas, s.d.).

### **1.4.3. O Concelho de Torres Vedras**

O concelho de Torres Vedras está localizado no distrito de Lisboa na periferia da capital portuguesa e é caracterizado pela sua longa costa marítima. Contudo, também conta com diversas localidades mais no interior, sendo ao todo um município que contabiliza com 13 freguesias. É um concelho de grande dimensão com 83 130 habitantes, de acordo com o artigo de 2021: “Censos 2021: População do concelho de Torres Vedras aumentou 4,6%,”<sup>11</sup> publicado no *Website* Oficial da Câmara Municipal de Torres Vedras (para. 1).

O governo local tem promovido iniciativas de democracia digital, nomeadamente a transmissão *online* das sessões da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal de Torres Vedras tem também um *website*, uma *newsletter*, e páginas nas seguintes plataformas sociais: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Flickr e LinkedIn, tal como é possível constatar pela informação na página inicial do *website* oficial<sup>12</sup>.

De destacar a iniciativa do Orçamento Participativo com possibilidade de participação digital, sendo este, “[...] um instrumento de democracia participativa da Câmara Municipal de Torres Vedras, no qual os munícipes podem propor, discutir e eleger projetos que a autarquia dotará dos recursos necessários à implementação.” (Orçamento Participativo de Torres Vedras, s.d.)

Assim, Torres Vedras é um caso de estudo particularmente interessante não só pela diversidade do território, mas também pelas formas já adotadas de governação eletrónica pelas entidades políticas.

---

<sup>11</sup> Ver: <https://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/censos-2021-populacao-do-concelho-de-torres-vedras-aumentou-46> [Consultado a 20 de julho, 2022]

<sup>12</sup> Ver <https://www.cm-tvedras.pt/> [Consultado a 20 de julho, 2022]

Tendo também em consideração a proximidade à cidade de Lisboa e os estudos já analisados da participação eleitoral é aliciante pensar agora numa análise do panorama digital.

## CAPÍTULO 2

# Metodologia da Investigação

### 2.1. Objeto de estudo

De forma a contextualizar a investigação, serão consideradas duas ideias fundamentais sobre o panorama de participação política em Portugal. A primeira surge do estudo de Manoel, et al. (2021) que remete para a alteração de comportamento político perante a distância às grandes cidades retratando os fatores geográfico e de urbanização como fulcrais nos resultados eleitorais. A segunda, dos argumentos que invocam uma sociedade civil portuguesa com um caráter participativo ao nível político, nomeadamente, através da capacidade de contestação (Accornero, 2016; Accornero 2017) e do papel dos novos meios digitais na mobilização política (Cardoso, et al. 2017).

É interessante avaliar a perceção de participantes residentes em Portugal quanto às atividades políticas no digital, considerando este estudo exploratório inovador por três razões. Primeiramente, pela comparação entre uma região urbana, a cidade sede do concelho, e rural neste caso interior do concelho de Torres Vedras. Depois porque Torres Vedras é um concelho localizado dentro do distrito de Lisboa numa posição periférica e com uma clara distinção entre a zona urbana (cidade de Torres Vedras) e as zonas rurais. Por último, porque a Câmara Municipal de Torres Vedras tem desenvolvido cada vez mais iniciativas que permitem a digitalização da participação dos seus residentes.

Aquando da escolha das freguesias do Concelho de Torres Vedras, foi assumido desde logo a única freguesia urbana do concelho: a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, segundo a Lista de Freguesias Rurais PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, 2020), que conta com 27 781 habitantes. O motivo para a escolha da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões incide na sua dimensão demográfica, inferior a todas as outras freguesias do concelho. Esta freguesia rural tem 2414 cidadãos eleitores<sup>13</sup> (Câmara Municipal de Torres Vedras, s.d.).

Neste panorama, esta investigação tem como objetivo identificar e entender a perceção dos cidadãos quanto à relação da Internet e dos meios digitais com a política, particularmente a sua perceção das atividades políticas *online* e a sua consideração como modos de participação política.

Deste modo, este estudo tem como questões de partida e orientação do trabalho:

Q1: Os participantes consideram atividades políticas na Internet como participação política?

Q2: Existem diferenças significativas entre a perceção da população na zona urbana e na zona rural do concelho de Torres Vedras?

De forma a responder às questões de orientação da investigação de forma mais completa, irão ser ponderadas as visões dos participantes sobre os seguintes temas:

---

<sup>13</sup> Ver <https://www.cm-tvedras.pt/freguesias/carvoeira-carmoes> [Consultado a 21 de julho, 2022]

- O impacto e eficácia do mundo digital;
- Os receios e aspetos positivos da atividade política em espaço digital;
- O papel do mundo digital;
- A existência de participação política na Internet.

A estratégia metodológica escolhida vai considerar as seguintes hipóteses:

H1: As atividades políticas no mundo digital são consideradas como participação política;

H2: Existem diferenças na perceção dos participantes, comparando os dois grupos em análise: os participantes da zona rural e os da zona urbana.

## 2.2. Estratégia metodológica

A metodologia utilizada para a recolha de dados da investigação foi mista, com recurso a questionários e entrevistas. Ainda que se tenha considerado também uma análise quantitativa da informação recolhida através dos questionários, de forma a ter uma perspetiva mais abrangente das perceções analisadas, ambos os métodos foram principalmente utilizados com o objetivo de garantir *insights* qualitativos sobre a temática.

Desta maneira, o questionário aplicado aos participantes permite obter alguns dados quantitativos que vão suplementar a análise qualitativa da investigação, através da criação de uma narrativa oferecida por ambos os métodos de recolha de informação sobre a perceção dos participantes.

Após a disseminação de um pré-questionário a 5 participantes para perceber como melhorar algumas questões e garantir a compreensão das mesmas, o guião do questionário foi concluído. O grupo de participantes para este estudo foi aleatório, assegurando apenas que tinham idade superior a 18 anos e que residem num dos locais de residência em estudo: a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e a União das Freguesias de Carvoeira e Carmões. O intuito foi garantir um grupo diversificado que permitisse uma resposta mais completa às questões de partida desta investigação.

Foram recolhidos e analisados 72 questionários, 30 pertencentes a participantes da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões e 42 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães. A disseminação dos questionários contou com o auxílio da Junta de Freguesia de ambas as freguesias, que foram prontamente contactadas por endereço eletrónico e que permitiram a entrega e realização do questionário no local da Junta de Freguesia e noutras instituições públicas dentro das freguesias.

O contacto através das Juntas de Freguesia garantiu uma maior credibilidade ao estudo e confiança aos participantes, possibilitando uma abordagem mais próxima e um conjunto de participantes mais aleatório, permitindo chegar a todas as faixas etárias, objetivo pelo qual se seguiu a escolha de realizar o questionário em suporte de papel e não digital. Os questionários foram distribuídos e realizados de 15 de maio a dia 5 de junho de 2023. O plano inicial de recolha de dados, presencialmente com questionários em papel ao balcão da Junta de Freguesia teve de ser alterado por falta de respostas, nomeadamente na União das Freguesias de Carvoeira e Carmões. De notar a diminuta densidade

populacional, a falta de espaços de convívio para elaboração do questionário e pouca adesão dos cidadãos aos serviços da Junta de Freguesia, como justificações para esta dificuldade em angariar respostas. Deste modo, apesar da distribuição do questionário pelos funcionários de ambas as Juntas de Freguesia, o número de respostas encontrava-se ainda diminuto para uma análise mais profunda de perceções no dia 31 de maio. Por isso, a estratégia foi adaptada: o questionário em formato de formulário *online* foi criado e partilhado na rede social *Instagram*, permitindo uma disseminação da investigação mais direta para os jovens.

De modo a completar a narrativa da investigação e alcançar resultados mais específicos foi também planeada a realização de entrevistas ao universo dos participantes do questionário. O objetivo inicial era ter 2 entrevistas aleatórias de carácter aprofundado a participantes do questionário que se demonstrassem disponíveis numa fase futura para tal. Foi alcançado um total de 5 entrevistas, o que superou as expectativas iniciais do planeamento. As entrevistas foram conduzidas do dia 19 de junho ao dia 26 de junho, contemplando 3 entrevistados da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e 2 da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões. Por conseguinte, com a utilização de ambos os métodos foi possível uma análise das perceções com uma narrativa mais completa.

### **2.2.1. Desenho do questionário**

O questionário incluiu perguntas abertas e fechadas, auxiliando a recolha de dados qualitativos nesta primeira fase de recolha. A ordem das questões garante perguntas de “descanso”, que permitem maior preparação para questões mais complexas (Carmo & Ferreira, 2008, mencionados em Batista et al., 2021, p. 23). O questionário admite uma interpretação dos dados mais profunda através de respostas previamente codificadas de Sim/Não, de escala de Likert com proposições predefinidas (Batista et al., 2021) e de questões abertas que justificam a resposta fechada dada previamente ou que aprofundam temáticas diretamente correspondentes aos objetivos da análise. Nas questões abertas, os participantes podiam incluir mais do que uma resposta, existindo espaço para listar várias opiniões.

O desenho do questionário foi delineado com 12 questões (Anexo A), algumas com alíneas complementares. Numa primeira fase, consideram-se três questões de cariz pessoal do participante: género, faixa etária e grau mais elevado de escolaridade que atingiu. Seguidas de duas questões sobre o uso da Internet por parte dos mesmos: se tem acesso à Internet e se a utiliza diariamente.

As três questões seguintes refletem sobre doze atividades políticas em análise: votar numa eleição política; assinar petições *online*; seguir figuras políticas nas redes sociais; participar em manifestações físicas; participar em manifestações digitais; contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais; participar em reuniões de cariz político; partilhar e comentar conteúdo de teor político; realizar ativismo nas redes sociais digitais; entrar em fóruns para discutir assuntos políticos; integrar um partido político ou juventude partidária; visitar *websites* políticos. Considerando a literatura revista para este estudo, foram selecionados exemplos de atividades políticas *offline*, que, para efeitos desta investigação,

irão ser apelidadas de “tradicionais” e *online* (Viegas et al., 2011; Bimber et al., 2014; Theocharis e Van Deth, 2018), bem como, atividades consideradas de envolvimento passivo (Gibson & Cantojoch, 2013), algumas sendo adaptação direta de atividades físicas para o mundo digital e outras que apenas existem no mundo *online* como parte da esfera cívica (Friess et al., 2021). Os participantes selecionam Sim/Não, se alguma vez as realizaram, optam numa escala de Likert de 1 a 5 sobre a eficácia política percebida, e por fim, numa opção Sim/Não se as consideram participação política.

Numa terceira parte do questionário, as questões são direcionadas a iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia e pelo Câmara Municipal, nomeadamente o Orçamento Participativo *online*, a transmissão das sessões da Assembleia Municipal *online* e as redes sociais da Junta de Freguesia, considerando a freguesia de residência.

No último grupo de questões, os participantes são inquiridos sobre a importância percebida destas iniciativas de participação no mundo digital numa resposta fechada de Sim/Não. Já os aspetos positivos destas iniciativas e os pontos negativos são de resposta aberta tendo como limite o espaço alocado à resposta. Por último, é questionado, em forma de resposta fechada se consideram existir diferenças no impacto que sentem entre a participação tradicional *offline* e a digital, existindo a possibilidade de aprofundar a resposta com a questão aberta que foi criada para esse efeito.

### **2.2.2. Desenho da entrevista**

As entrevistas funcionaram como a segunda fase da recolha de dados, tendo o objetivo de garantir uma resposta mais completa e aprofundada às questões de partida, através de recolha de *insights* sobre a temática em estudo. Batista, et al. (2021), destaca o carácter “descritivo e pormenorizado” (p. 15) dos dados, o qual permite preencher esta lacuna dos questionários, mesmo com questões abertas.

Batista, et al. (2021), numa conceção de Morgado (2013), frisam que a entrevista permite inferir sobre “[...] determinadas perceções ou representações em relação a um dado tópico ou realidade social de forma a contribuir para a compreensão de conceções, sentidos e significados que os sujeitos possam atribuir às suas ações.” (p. 18). A entrevista é, desta forma, um momento de partilha, no qual o entrevistado exprime as suas perceções, facilitado pelas questões de resposta aberta (Quivy & Campenhoudt, 1998), existindo a possibilidade de questionar mais profundamente qualquer resposta, algo que não é possível através do questionário.

O tipo de entrevista escolhido foi a semiestruturada ou semidirigida (Quivy & Campenhoudt, 1998), sendo que estas “oferecem ao investigador a possibilidade de ter “[...] perguntas-guia, relativamente flexíveis, com as quais pretende orientar a recolha de informação do entrevistado [...]” (Hill 2014, como mencionado em Batista, et al., 2021, p. 20). Posto isso, foi possível a criação de uma linha orientadora da conversa que oferecesse espaço para uma conversa aberta sobre a temática e para uma exploração dos vários tópicos que pretendem corresponder aos objetivos da análise.

A entrevista teve como objetivos analisar as visões dos participantes sobre a participação política *online* de acordo com as seguintes categorias: participação política no meio digital; iniciativas de democracia digital; local de residência (rural/urbano). Foram criadas questões como exemplos a considerar (Anexo B) de modo a alcançar respostas a todos os temas considerados, porém, existiu uma flexibilidade na escolha e na expansão da lista de perguntas de acordo com o seguimento de cada entrevista, considerando o caráter semiestruturado desta recolha de dados.

### **2.3. Análise dos dados**

A análise dos resultados foi executada considerando dois grupos em estudo de forma a facilitar a compreensão dos dados: Grupo 1 - os participantes residentes na freguesia urbana, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e Grupo 2 - os participantes residentes na freguesia rural, União das Freguesias de Carvoeira e Carmões. A interpretação irá ser realizada por questão ao apresentar as respostas dos dois grupos em análise. As questões de resposta fechada serão interpretadas com recursos visuais de figuras e quadros, auxiliando a criação de uma interpretação narrativa. As questões de resposta aberta incluídas no questionário foram exploradas através de uma análise de conteúdo que possibilita a quantificação dos temas apresentados (Downe-Wamboldt, 1992).

Já as entrevistas irão ser trabalhadas utilizando a análise temática, explorada por Braun e Clarke (2006). As autoras (2006) caracterizam este método pela identificação e análise de temas nos dados, neste caso de entrevistas semiestruturadas. Foi utilizado o Microsoft Word e uma tabela para codificar os dados, agrupando subtemas e retirando transcrições.

### **2.4. Questões éticas**

De acordo com Creswell (2013), as questões éticas estão presentes em diversas fases da investigação de caráter qualitativo, nomeadamente quando o investigador garante o consentimento do participante para integrar o estudo e durante a recolha dos dados de forma a garantir a privacidade e os resultados sem viés do investigador.

Com o intuito de garantir que todos os participantes tinham conhecimento dos objetivos da investigação, do que era expectável da sua parte e da forma como os dados iriam ser tratados, os participantes no questionário assinaram um documento de consentimento (Anexo C), ou assinalaram que consentiam com o tratamento de dados, no caso do questionário em formato digital. O mesmo documento de consentimento foi aplicado na entrevista (Anexo D), alterando os objetivos da sua participação e incluindo a possibilidade de gravação de voz. Todos os dados recolhidos foram analisados de forma anónima, garantindo confidencialidade das respostas.



## **Inquirir sobre a política em meio digital**

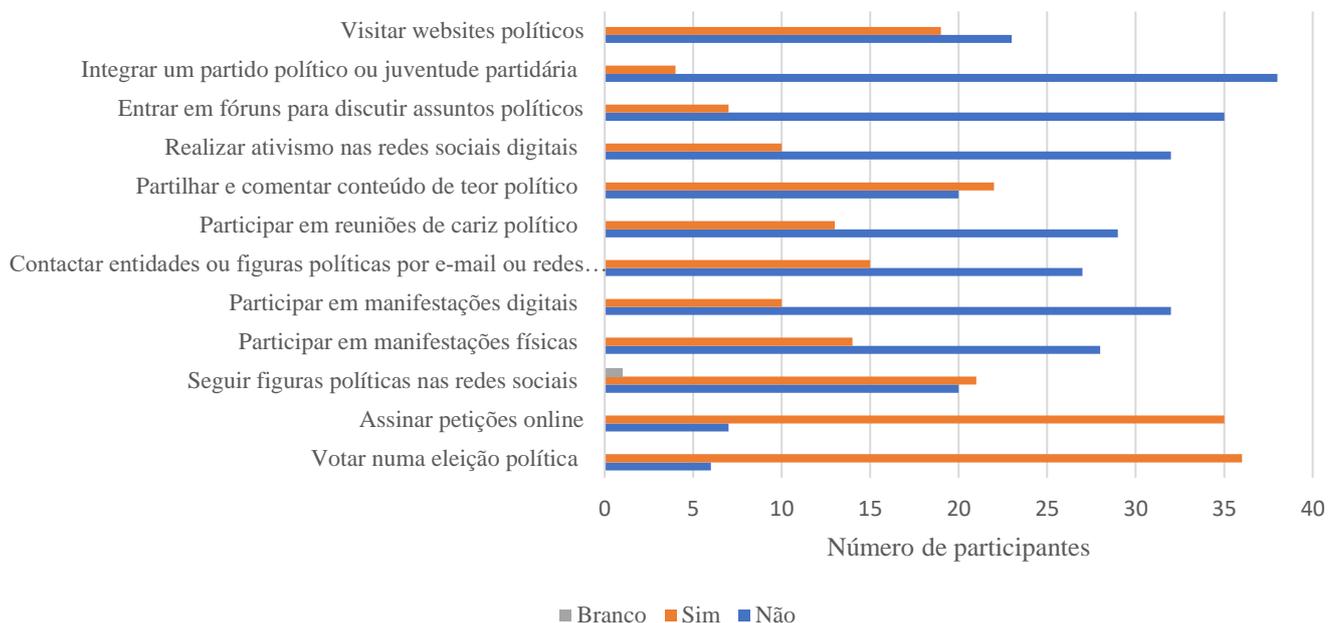
### **3.1. Considerações sobre a política em meio digital**

Os questionários foram a primeira fase de recolha de dados para este estudo, a sua análise inicia com a caracterização dos participantes do estudo. O Grupo 1 (freguesia urbana), num universo de 42 participantes, 30 são do género feminino e 12 do género masculino, sendo que, quatro pertenciam à faixa etária >65 anos, nove à dos 56-65, sete a 46-55, seis a 36-45, sete a 26-35 e nove à de 18-25. Quanto ao grau mais elevado de escolaridade, uma pessoa obteve o 1º ciclo, uma pessoa o 2º ciclo, uma o 3º ciclo, dezoito participantes obtiveram o Ensino Secundário, catorze a Licenciatura, seis atingiram o Mestrado/Pós-Graduação e uma o Doutoramento. De notar que todos os 42 participantes têm acesso à internet e 40 utilizam-na diariamente.

No Grupo 2 (freguesia rural), num universo de 30 participantes, 19 são do género feminino e 11 do género masculino. Quanto à faixa etária, dois pertenciam à dos >65 anos, três à dos 56-65, três também à dos 46 a 55, seis à dos 36-45, nove à dos 26-35 e sete à faixa etária dos 18-25. Quanto ao grau mais elevado de escolaridade que os participantes atingiram, duas pessoas obtiveram o 1º ciclo, duas o 2º ciclo, três o 3º ciclo, dez o Ensino Secundário sete atingiram a Licenciatura e seis pessoas atingiram o Mestrado/Pós-Graduação. Os 30 participantes têm acesso à internet e utilizam-na diariamente.

Considerando a estrutura do questionário (Anexo A), as questões 3, 4 e 5 têm em consideração uma lista de atividades, enumeradas no subcapítulo 2.2.1. desta investigação e presentes no Anexo A.

A primeira destas três questões pretendeu explorar as atividades que os participantes exercem e quais as menos praticadas pelos grupos em estudo.

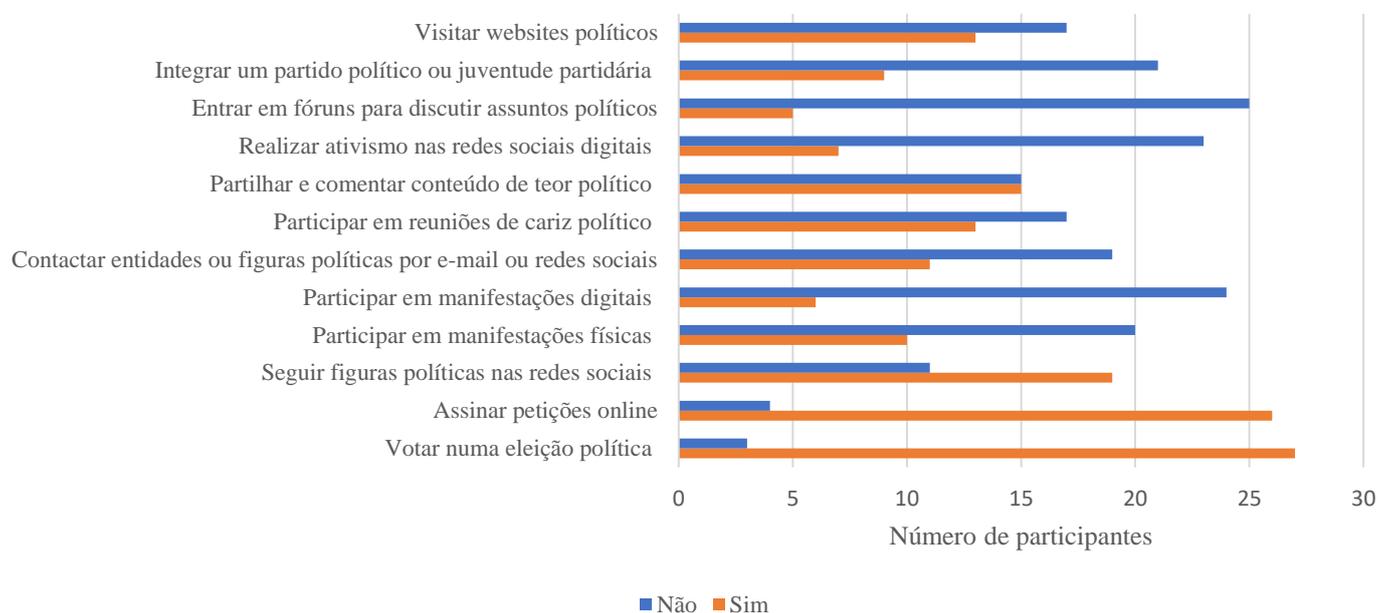


Fonte: Elaboração própria.

Figura 4.1. - Respostas dos participantes do Grupo 1 à questão n.º 3 do questionário

Sendo as respostas Sim/Não, é possível verificar (Figura 4.1.) que as quatro atividades mais realizadas pelos participantes do Grupo 1 são: votar numa eleição política (36 respostas positivas), assinar petições *online* (35 respostas positivas), partilhar e comentar conteúdo de teor político (22 respostas positivas) e seguir figuras políticas nas redes sociais (21 respostas positivas). Por outro lado, as atividades menos praticadas identificadas pelo Grupo 1 são: integrar um partido político ou juventude partidária (38 respostas negativas), entrar em fóruns para discutir assuntos políticos (35 respostas negativas), participar em manifestações digitais (32 respostas negativas) e realizar ativismo nas redes sociais (32 respostas negativas).

Considerando as atividades “Participar em manifestações digitais” e “Participar em manifestações físicas”, os resultados demonstram uma preferência pelo espaço físico, sendo que 14 dos participantes já participaram numa manifestação física e 10 numa digital.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4.2. - Respostas dos participantes do Grupo 2 à questão n.º 3 do questionário

No Grupo 2, as atividades mais praticadas são: votar numa eleição política (27 respostas positivas), assinar petições *online* (26 respostas positivas), seguir figuras políticas nas redes sociais (19 respostas positivas) e partilhar e comentar conteúdo de teor político (15 respostas positivas). Já as atividades menos praticadas são: entrar em fóruns para discutir assuntos políticos (25 respostas negativas), participar em manifestações digitais (24 respostas negativas), realizar ativismo nas redes sociais (23 respostas negativas) e integrar um partido político ou juventude partidária (21 respostas negativas).

Quanto ao exercício de manifestações, 10 participantes integraram manifestações de carácter físico e 6 participantes manifestações digitais (Figura 4.2.), apresentando, mais uma vez resultados semelhantes ao Grupo 1.

Entre as quatro opções mais praticadas pelos participantes dos dois grupos, sendo a primeira o ato eleitoral, as três seguintes são atividades políticas no digital sendo iguais nos dois grupos (assinar petições *online*, seguir figuras políticas nas redes sociais e partilhar e comentar conteúdo de teor político). Com destaque para “assinar petições *online*” que é uma atividade digital praticada por 83.3% dos participantes do Grupo 1 e por 86.7% dos participantes do Grupo 2.

A pergunta n.º4 (Anexo A), seguindo a mesma listagem de atividades, permite identificar uma ordem de eficácia política percebida pelos participantes, assumindo uma escala de Likert, em que o 1 seria menos eficaz e o 5 mais eficaz.

Quadro 4.1. - Escala de eficácia política resultante das respostas do Grupo 1

<b>Opções de resposta</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>Branco</b>
Votar numa eleição política	0	0	6	9	25	2
Assinar petições <i>online</i>	3	3	14	15	7	-
Seguir figuras políticas nas redes sociais	18	9	11	3	1	-
Participar em manifestações físicas	3	9	10	13	7	-
Participar em manifestações digitais	11	8	14	5	4	-
Contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais	15	7	12	3	5	-
Participar em reuniões de cariz político	7	5	13	13	4	-
Partilhar e comentar conteúdo de teor político	11	10	9	6	6	-
Realizar ativismo nas redes sociais digitais	11	11	9	5	6	-
Entrar em fóruns para discutir assuntos políticos	11	8	12	5	6	-
Integrar um partido político ou juventude partidária	8	4	12	14	4	-
Visitar <i>websites</i> políticos	14	5	8	10	5	-

Fonte: Elaboração própria.

Tal como é possível observar através do Quadro 4.1., a atividade percecionada com maior eficácia política, isto é, a maior tendência com valor máximo (5) de eficácia para os participantes do Grupo 1 é: votar numa eleição (25). Contudo, destacam-se com mais respostas no valor 5 de eficácia: assinar petições *online* (7) e participar em manifestações físicas (7). Já o nível 1 foi mais frequentemente aplicado nas atividades: seguir políticos em redes sociais (18), contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais (15) e visitar *websites* políticos (14).

A única opção com um resultado mais claro ao nível da média de respostas foi “votar numa eleição política”, em que os participantes atribuem o valor mais elevado da escala. As outras atividades demonstram resultados mais difusos. Já na eficácia percecionada das manifestações físicas e digitais, é possível concretizar uma maior eficácia percecionada para as físicas, mas sem resultados muito claros comparativamente às digitais.

Quadro 4.2. - Escala de eficácia política resultante das respostas do Grupo 2

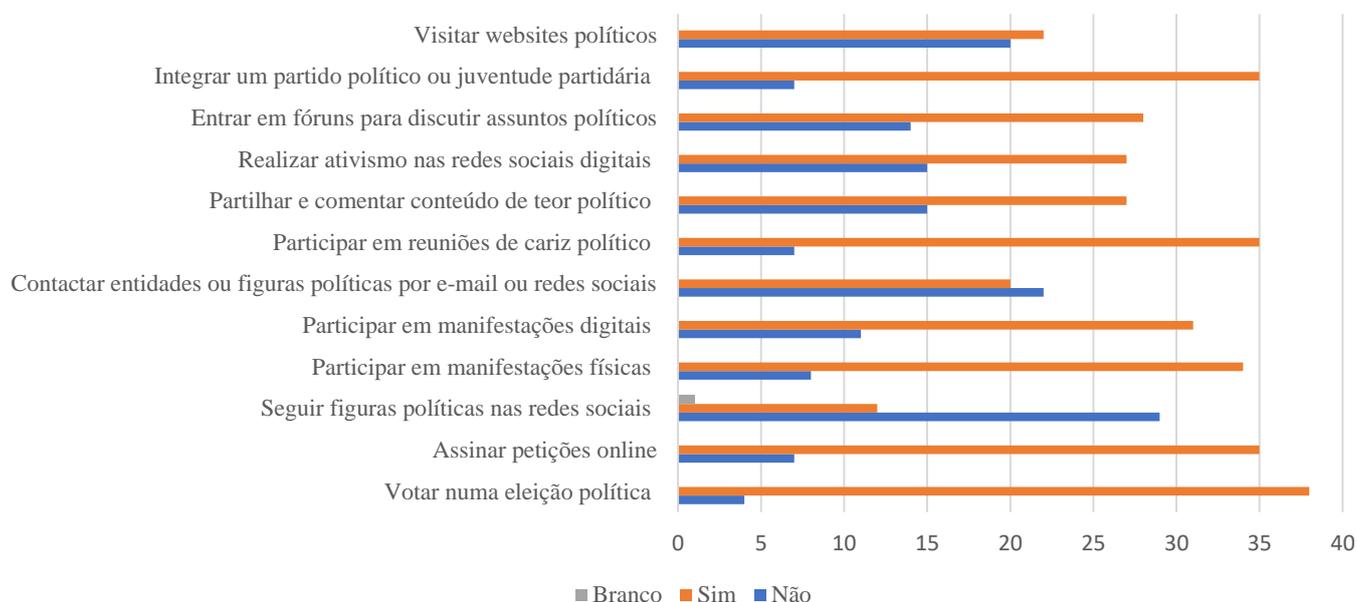
<b>Opções de resposta</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Votar numa eleição política	2	1	4	8	15
Assinar petições <i>online</i>	3	4	14	6	3
Seguir figuras políticas nas redes sociais	11	9	8	1	1
Participar em manifestações físicas	4	5	9	11	1
Participar em manifestações digitais	5	9	12	4	0
Contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais	8	10	5	6	1
Participar em reuniões de cariz político	4	5	8	9	4
Partilhar e comentar conteúdo de teor político	4	4	15	4	3
Realizar ativismo nas redes sociais digitais	4	5	16	5	0
Entrar em fóruns para discutir assuntos políticos	2	7	12	8	1
Integrar um partido político ou juventude partidária	5	3	7	11	4
Visitar <i>websites</i> políticos	6	6	12	5	1

Fonte: Elaboração própria.

Para os 30 participantes do Grupo 2, a atividade percecionada que tem maior eficácia política é votar numa eleição política (15), existindo uma distância considerável para o resto das opções (Quadro 4.2.). Por outro lado, as com menor eficácia, de acordo com os participantes são: seguir figuras políticas nas redes sociais (11), contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais (8) e visitar *websites* políticos (6). Verificando-se, tal como na análise ao Grupo 1, uma variação de respostas ao nível da eficácia, incluindo nas atividades de participação em manifestação física e digital.

Contudo, de ressaltar que as três respostas com menor eficácia percecionada foram iguais em ambos os grupos em estudo, sendo todas atividades digitais (seguir políticos em redes sociais, contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais e visitar websites políticos), já a atividade com mais respostas com valor 5 foi também igual nos dois grupos: votar numa eleição política.

A última questão remetente à lista de atividades predefinida pretende explorar a possibilidade de os participantes as percecionarem como participação política.

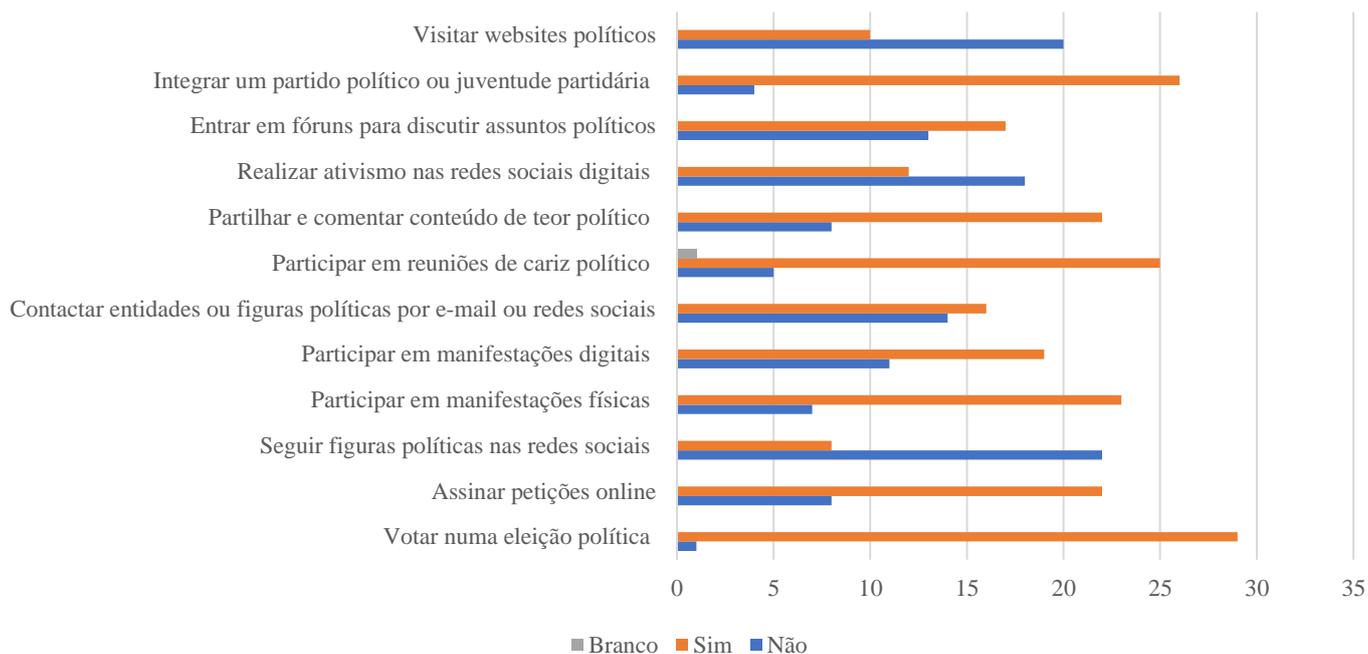


Fonte: Elaboração própria

Figura 4.3 - Respostas dos participantes do Grupo 1 à questão n.º 5 do questionário

O Grupo 1 demonstrou resultados interessantes de análise, pois dez das doze atividades obtiveram mais respostas positivas do que negativas (Figura 4.3.), significando que a maioria dos participantes as perceciona como participação política. Dessas dez, seis são digitais e para efeitos desta investigação, importa destacar as atividades digitais com maior número de respostas positivas: assinar petições *online* (35), participar em manifestações digitais (31) e entrar em fóruns para discutir assuntos políticos (28).

Das doze atividades apresentadas, as únicas que obtiveram mais resultados negativos do que positivos foram: contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais com 22 respostas negativas e seguir figuras políticas nas redes sociais com 29 respostas negativas.



Fonte: Elaboração própria

Figura 4.4. - Respostas dos participantes do Grupo 2 à questão n.º 5 do questionário

No Grupo 2 verificou-se uma maior, mas não significativa, variação de respostas, sendo que, de entre as doze opções, 9 apresentaram uma maioria de respostas positivas, significando que a maioria dos participantes as considera participação política (Figura 4.4.). De entre as nove, cinco são digitais e destacam-se com os melhores resultados: partilhar e comentar conteúdo de teor político (22), assinar petições *online* (22) e participar em manifestações digitais (19). Já as atividades digitais com maioria de respostas negativa foram: seguir figuras políticas nas redes sociais (22), visitar *websites* políticos (20) e realizar ativismo nas redes sociais (18). Analisando em comparação ao Grupo 1, o Grupo 2 assinalou duas novas atividades como “não-participação” (visitar *websites* políticos e realizar ativismo nas redes sociais) e apresentou uma visão mais positiva para “contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais”, ao contrário do Grupo 1.

A questão 5.1. (Anexo A) tem como objetivo adquirir as razões para as respostas negativas na questão n.º 5, tentando esquematizar as razões que levam os participantes a não considerarem as atividades como participação política. No Grupo 1 foi possível obter 21 respostas, considerando as 11 Não Resposta e os 10 participantes que consideraram todas as opções como participação política, e de ressaltar as 3 respostas inválidas. Foram então identificados 13 temas das respostas do Grupo 1 como razões para as atividades não serem consideradas participação política: Atividades pessoais e sociais e não políticas (5); Ausência de efeitos (3); Existências de ofensas e violência nas redes sociais (2); Atividades que permitem informação (2); Desinteresse do participante (2). Apenas com uma resposta destacam-se as justificações: ausência de temas políticos; ausência de mudança política; não é

participação ativa; necessidade de ser mais pessoal para ter eficácia; ausência/diminuição de impacto; necessidade de ação física; ausência de envolvimento pelo interveniente; desinteresse dos políticos pelas atividades. Já no Grupo 2, além de 11 Não Resposta e 1 resposta inválida, foram identificadas as seguintes justificações: Atividades pessoais e sociais e não políticas (4); Atividades que permitem informação (2); Necessidade de ação física (2); Ausência/diminuição de impacto (2); Não existe ligação a partido (2). Com apenas uma resposta os seguintes: mediatismo não é ativismo; não têm capacidade de influência; participante receia conflitos; receio de desinformação; políticos não merecem o cuidado dos cidadãos; não é ação.

Os temas explorados através das respostas foram bastante diversificados, porém parecem indicar alguma sobreposição nas respostas do Grupo 1 e do Grupo 2, nomeadamente: Atividades pessoais e sociais e não políticas (cinco menções no Grupo 1 e quatro no Grupo 2); Atividades que permitem informação (duas menções no Grupo 1 e duas no Grupo 2); Necessidade de ação física (uma menção no Grupo 1 e duas no Grupo 2); Ausência/diminuição de impacto (uma menção no Grupo 1 e duas no Grupo 2).

O próximo grupo de questões, as numeradas como 6, 7 e 8 (Anexo A), têm como objetivo analisar o conhecimento e o exercício por parte dos participantes das iniciativas digitais assumidas no concelho de Torres Vedras, pela Câmara Municipal e pela sua Junta de Freguesia.

Começando pelo Grupo 1, perante o Orçamento Participativo *online*, 27 dos participantes responderam positivamente ao seu conhecimento e desses 27, 14 responderam que já tinham participado no mesmo. Quanto à transmissão das sessões da Assembleia Municipal por meios digitais, 24 responderam positivamente, com 8 a assumirem já terem assistido. Por fim, 21 dos participantes afirmaram ter conhecimento das redes sociais da sua freguesia, sendo que, 14 confirmarem já ter interagido com as mesmas. Já no Grupo 2, 19 dos 30 participantes têm conhecimento sobre a iniciativa do Orçamento Participativo *online* e 9 afirmam já ter participado no mesmo. Quanto à transmissão das sessões da Assembleia Municipal por meios digitais, 18 dos participantes responderam positivamente, com 6 a assumirem já terem assistido. Quanto ao conhecimento das redes sociais da União de Freguesia de Carvoeira e Carmões, 27 dos participantes responderam positivamente com 15 a afirmarem já terem interagido com a conta social da autarquia. A maioria dos participantes do Grupo 1 e do Grupo 2 conhece as iniciativas promovidas pelas autarquias locais para aumentar a interação com a população no mundo digital. Todavia, ainda existe alguma discrepância para aqueles que se assumem como participantes ativos nas sessões da Assembleia Municipal, no Orçamento Participativo *online* e nas redes sociais da autarquia.

Ressalva-se que ao serem questionados sobre a sua perceção da importância de iniciativas que promovam a participação dos cidadãos no mundo digital, no Grupo 1, 40 dos participantes responderam que acham importante existirem e no Grupo 2, 28 dos participantes apresentaram resposta também positiva (“Sim”), o que eleva o reconhecimento por parte dos participantes da importância dos meios *online*.

No seguimento desta questão, os participantes tiveram oportunidade de endereçar os aspetos positivos e as resistências associadas à participação no digital.

#### *Aspetos positivos e benefícios da participação política digital*

No Grupo 1 identificou-se 40 respostas com 2 Não Resposta e 1 resposta inválida, e destacaram-se 17 temas que traduzem os aspetos positivos mencionados. Deste modo, os benefícios apresentados foram os seguintes: Alcance/abrange mais pessoas (10); Comodidade/evita deslocação (8); Partilha de informação (7); Facilidade (partilha, acesso e participação) (5); Rapidez (4); Permite conhecimento (4); Mais participação (2); Acessibilidade (2). Todas as outras opções oferecem apenas uma resposta, contudo, todas estão incluídas na análise final de modo a garantir uma narrativa mais completa da questão. São então: aspeto positivo para os jovens; permite mais canais de comunicação; capta mais atenção; indispensabilidade do digital; agiliza a mobilização de grupos difíceis; tem mais impacto; visibilidade; disponibilidade; envolvimento do cidadão. No Grupo 2 foram identificadas 6 Não Resposta e 12 temas: Permitir conhecimento (8); Facilidade (participar, opinar e informar) (5); Partilha de informação (5); Alcance/abrange mais pessoas (4); Mais aproximação das pessoas (3); Aspeto positivo para os mais jovens (3); Rapidez (2). As que ofereceram apenas uma resposta foram as seguintes: comodidade; discussão de temas com perspetivas diferentes; maior divulgação; aumento da participação; envolvimento do cidadão.

Tanto o Grupo 1 como o Grupo 2 destacaram como aspetos positivos: o conhecimento que é possível obter através do meio digital (quatro menções no Grupo 1 e oito menções no Grupo 2, o alcance (dez menções no Grupo 1 e quatro menções no Grupo 2), o carácter informativo (sete menções no Grupo 1 e cinco menções no Grupo 2), a facilidade associada à partilha e ao acesso (cinco menções em cada Grupo), a comodidade (oito menções no Grupo 1 e uma menção no Grupo 2), a rapidez (quatro menções no Grupo 1 e duas no Grupo 2), o envolvimento dos cidadãos (uma menção em cada Grupo), o aumento da participação (duas menções no Grupo 1 e uma no Grupo 2) e a captação dos jovens (uma menção no Grupo 1 e três menções no Grupo 2).

#### *Aspetos negativos e receios da participação política digital*

Quanto aos receios associados à participação política no digital, foram registados 20 temas no Grupo 1, para além de 5 Não Resposta e 1 resposta inválida: Manipulação e má interpretação (6); Desinformação e ausência de filtros (4); Exposição (4); Vulnerabilização de temáticas e falta de seriedade (4); Fraca responsabilidade e conhecimento de conteúdos (2); Represálias (2); Falta de conhecimento de faixas etárias mais avançadas (2); Extremismo (2). Com apenas uma resposta, apresentaram-se os códigos: Participante não identifica aspetos negativos; facilidade de provocações; desinteresse pelo digital; domínio de temas; ausência de efeitos e impacto; não chama a atenção; fuga de informação; invasão de privacidade; ataques informáticos; realização de atividades menos compreendidas; pouca literacia digital traz desconforto; má divulgação. Já no Grupo 2, verificaram-se 9 temas, para além de 7 Não Resposta e 1 resposta inválida: Comentários negativos, discussões e conflitos (7); Desinformação e ausência de filtros (5); Ausência de presença física (3); Desvalorização

da participação/ausência de utilidade (2); Manipulação e má interpretação (2). E com apenas uma resposta: receios na faixa etária mais avançada; quebra da lógica vertical da informação; demasiada informação; falta de respeito por pessoas e assuntos.

Assim, o receio da desinformação e ausência de filtros (cinco menções em cada um dos grupos) e manipulação e má interpretação (seis menções no Grupo 1 e duas menções no Grupo 2) foram mencionados por ambos os grupos em trabalho.

Perante a questão n. º12 (Anexo A) em que os participantes são questionados sobre as diferenças do impacto político da participação *online* face à tradicional (ou *offline*), 26 participantes do Grupo 1 percecionam diferenças ao nível do impacto. Das 26 respostas positivas, existiram 3 Não Resposta e 16 temas codificados através das respostas dos participantes da questão 12.1.(Anexo A) que pretendia uma justificação livre perante a resposta positiva. Os temas foram os seguintes com mais respostas: *Online* atrai as gerações mais novas (4); O público-alvo é diferente (2); O digital é mais fácil, prático e moderno (2); O tradicional tem mais impacto (2); O digital tem mais alcance e impacto (1); Não têm o mesmo impacto (1); O alcance é diferente (1); Proximidade física cria mais empatia (1); Difusão da informação mais rápida no digital (1); O digital permite mais populismo (1); A participação *online* não é massificada (1); Depende das opiniões de cada um (1); O digital permite mais invasão e exposição (1); O *online* não é levado a sério (1); Participação tradicional permite a coesão de grupo (1); Desvalorização do *online* (1).

Os resultados mostram uma diversidade de respostas, tanto a favor do digital ter mais impacto, como da participação tradicional ter mais impacto, não obtendo um resultado claro, mas sim uma narrativa que transmite a subjetividade interpretativa e de atitude. Salienta-se, contudo, a seguinte resposta: “Ainda se desvaloriza a participação *online*. Não obstante creio que este tipo de participação se tem revelado cada vez mais importante em eleições, na opinião pública, embora considere que não há uma perceção nesse sentido da globalidade da população”. Esta resposta de um dos participantes parece retratar a sua perceção, em que se destaca o caminho ainda a percorrer pelo digital.

Quanto às respostas do Grupo 2, que até então apresenta resultados similares ao Grupo 1, verificou-se uma maior quantidade de respostas negativas (16) perante a existência de diferenças do que positivas (14), considerando os 30 participantes. Nessas 14 respostas identificou-se 1 Não Resposta e 10 temas: *Online* atrai gerações mais novas (3); A tradicional implica mais proximidade (2); Receio dos debates políticos no digital (2); A física tem mais impacto (1); A participação tradicional é mais fácil para mais pessoas (1); Difícil promover a verdade no digital (1); O tradicional não quer evoluir (1); O *online* facilita a divulgação de informação (1); O digital permite maior alcance sem deslocação da população (1); Adesão mais facilitada no digital (1). Tal como no Grupo 1, as opiniões quanto à existência de diferenças no impacto política entre a participação tradicional, neste caso aquela considerada como *offline*, e a digital, são bastante equilibradas, não sendo possível saber qual delas os participantes consideram ter mais impacto ao nível de análise de maioria. Existindo participantes que percecionam a participação digital com efeitos mais impactantes e outros que percecionam o contrário.



## CAPÍTULO 4

# Explorar as visões sobre a participação política digital

### 4.1. Orientações

A segunda fase de recolha de dados, a entrevista, foi realizada a cinco indivíduos, três residentes na Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e dois residentes na União das Freguesias da Carvoeira e Carmões, tendo sido escolhidos nomes fictícios para facilitar a compreensão (Quadro 5.1.). Salienta-se que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino e que dois dos entrevistados pertencem à faixa etária 26-35. De notar também que José é membro do executivo da Junta de Freguesia, pelo que as respostas podem ter algum enviesamento na sua perspetiva como alguém que exerce funções executivas no governo local.

Quadro 5.1. - Caracterização dos Entrevistados

Caracterização dos entrevistados	Maria	Beatriz	José	Ana	Isabel
Género	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa Etária	>65	46-55	26-35	18-25	26-35
Escolaridade	Doutoramento	Licenciatura	Licenciatura	Ensino Secundário	Mestrado
Profissão	Professora aposentada	Contabilista	Diretor de exportação	Empregada de restauração	Psicóloga clínica
Local de residência	Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães	Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães	União das Freguesias de Carvoeira e Carmões	Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães	União das Freguesias de Carvoeira e Carmões
Formato	Presencial	Presencial	Presencial	Online	Presencial

Fonte: Elaboração própria.

A escolha dos entrevistados foi realizada por conveniência, a seleção baseou-se em participantes do questionário que estariam disponíveis para a realização da entrevista. Esta escolha permite que todos os indivíduos tivessem conhecimento da temática e do fenómeno em estudo. Quatro das entrevistas foram realizadas presencialmente e uma, devido à disponibilidade do entrevistado, foi *online*.

### 4.2. As visões sobre a participação política digital

*Será possível alterar o mundo com uma publicação?*

Em primeiro lugar, um dos temas que se sobressaiu foi a visão dos participantes quanto ao papel do meio digital na esfera política e enquanto espaço de participação política.

Maria considera a temática atual e de grande impacto (“Acho que é muito atual, não nos podemos esquecer dessa realidade no mundo digital [...]”). Beatriz corrobora esta visão (“[...] o digital tem uma importância muito grande na vida política do país e do mundo inteiro [...]”), suportando este argumento com o papel central que a Internet tem nos mais jovens. Também Isabel diz que a temática das atividades políticas no digital “[...] está a crescer e a ganhar dimensão [...]”, afirmando a influência que a Internet tem nas pessoas.

José refere que o peso do mundo digital é cada vez maior e, apoiando-se na sua experiência na autarquia, reconhece que existe uma maior tendência de comunicação com a Junta de Freguesia por redes sociais do que presencialmente. Acrescentando que “[...] o *sound bite* mediático é muito mais apetecível do que o formalismo da decisão e do confronto institucional da pessoa.” (José). Contudo, afirma ser necessário relativizar e perceber a eficácia real da criação de conteúdo político, acrescentando: “[...] há pessoas que acham que alteram o mundo com um *post* ou uma partilha.”, ressalva que estas atividades podem ter influência no círculo de seguidores, mas não irão ter um alcance revolucionário. Já Ana argumenta que independentemente do alcance, o digital consegue sempre influenciar: “[...] mesmo pessoas que têm poucos seguidores, basta uma pessoa ver aquilo.”

#### *Tudo é participação?*

A participação política apesar de ser um conceito que já sofreu alterações com a novas investigações e estudos, ainda é um tópico de interesse teórico e de estudo, pois as perceções sobre o que realmente é a participação política continuam a ser diversificadas até mesmo junto da população.

Maria argumenta que para existir participação basta ter uma opinião e partilhá-la, adicionando “Se há interação é participação e é a capacidade de influenciar e ser influenciada.”. Argumento corroborado por José que menciona: “A emissão de opinião é uma forma de participação política”, afirmando ainda que até um “gosto” nas redes sociais pode ser participação. Assumindo o seu cargo na autarquia refere que essas interações permitem “[...] uma certa aferição da forma como a coisa está a correr.” do ponto de vista dos órgãos de governo e das publicações que fazem.

Já Ana alega “tudo é participação”, até um político que não fale sobre política nas redes sociais, vai ter influência no público porque “política é tudo” e “tudo envolve política”, mesmo assuntos como dietas, se for uma figura política a partilhar, o público associa a opiniões partidárias. Contrariamente, Isabel alia participação política a “[...] quem está mais envolvido nas autarquias, quem está envolvido nos partidos, nas juventudes.”, sendo essa, para si, “[...] a maior fatia de participação ativa e com mais visibilidade [...]”.

#### *Informação é participação?*

Um dos temas mais recorrentes nos resultados avaliados do questionário aquando da inquirição sobre os aspetos positivos da Internet foi a garantia de informação. Por essa razão, foi decidido

aprofundar o entendimento sobre se os meios digitais servem apenas como meios de informação e, por outro lado, se o acesso à informação é considerado participação política.

Todos os entrevistados mencionam o caráter informativo da Internet na área política. De acordo com Maria, “O ponto de partida neste caso para a participação é informativo [...]”, acreditando que aceder a informação é um modo de participação política. Aproveita para salientar o papel central da Internet para dar a conhecer as ideias dos partidos, argumento também mencionado por Ana: “[...] as redes sociais também têm um grande impacto na minha visão sobre os partidos, tanto os partidos que eu não gosto e com que não me identifique e que me afasta cada vez mais, como os partidos que eu vote e com que me identifico que me aproxima mais também.”

Beatriz defende que a informação dos meios digitais pode influenciar a tomada de decisão: “Pode dar informação e depois essa informação pode ter influência na decisão da pessoa, na participação.” Também Isabel refere que a informação pode ser participação dependendo do que fazemos com ela, argumentando: “Se depois a usarmos para também ser parte ativa na vida e no quotidiano [...]”.

José vai mais além, argumentando a enorme capacidade de influência que o digital exerce justificada pela “[...] transposição quase total da imprensa para os meios digitais.”, assumindo o papel central da Internet, tanto através das redes sociais, como dos jornais digitais para facilitar informação.

### *Os benefícios e receios do mundo digital*

Iniciando com os aspetos negativos e receios, Maria salienta a ingenuidade das pessoas na Internet e o perigo da desinformação nesse sentido (“[...] há muita informação, mas a pessoa tem que saber o que está a consumir [...]”). José refere o perigo a ausência de filtragem da informação que coloca em causa a segurança dos usuários. Alude que esta questão tem efeitos negativos na sociedade, mencionando “[...] nunca tivemos tanta informação e nunca sentimos que a nossa vida enquanto comunidade democrática tivesse tão ameaçada.”. Também Ana invoca o perigo da “má informação”, isto é, da desinformação existente nos meios sociais digitais, e a ausência de fontes credíveis.

Outro aspeto negativo das atividades políticas no digital, de acordo com Isabel é a inexistência de um contacto “cara-a-cara”, o que influencia as relações interpessoais, criando conteúdo que se torna difuso e perdido: “[...] porque na verdade nós fazemos tudo o que queremos e ninguém nos está a ver [...]”.

Quando se trata dos pontos positivos, Beatriz retrata a Internet como “[...] metodologia de fácil ligação entre as pessoas.” José descreve o leque de oportunidades e acessibilidade que a Internet permite, o que possibilita uma comunidade mais “informada” e “desperta”. Ana salienta os benefícios das redes sociais quando são utilizadas da melhor forma: “[...] as redes sociais também são uma ótima comunicação se tu souberes usar como deve ser se te posicionares bem, se entenderes, se fores procurar fontes [...]”. A comodidade e acessibilidade são também aspetos positivos mencionados por Ana, sendo que, todos podem participar “[...] seja quais foram os horários que têm de trabalho mesmo fora do país [...]”. Também Isabel menciona os pontos positivos das vertentes digitais “[...] quando são usadas da

maneira mais adequada e com verdade [...]” referindo também que o mundo digital permite uma divulgação mais rápida e mais eficiente.

#### *O que condiciona a percepção do digital?*

Após a análise do questionário e de ser perceptível que existe uma heterogeneidade nas respostas, surgiu o interesse em explorar o que os participantes percebem como condicionantes na temática do digital.

Existiu um tema recorrente: a idade, a percepção de que a política no digital deve ser um conceito aplicável sobretudo às faixas etárias mais novas. Sendo que, este subtema já tinha sido recorrente em respostas no questionário.

Segundo Maria e José a participação no digital não deve ser apenas considerada para as faixas etárias mais jovens. Contudo, Maria nota a existência de “[...] desligamento dessas coisas talvez nas pessoas mais velhas [...]”, nomeadamente, a nível da utilização da tecnologia, acrescentando a facilidade dos mais jovens nesse sentido. Beatriz também utiliza este argumento, salientando a centralidade dos meios digitais para os mais jovens que “[...] dominam mais as redes sociais [...]”, sendo a partir das novas tecnologias que têm mais adesão à vida política, contrariamente à geração mais velha que, segundo Beatriz “[...] já será através do que é habitual, da televisão, dos jornais, da vida em comunidade em que se discutem esses temas [...]”.

Por sua vez, Ana sugere que os jovens têm uma tendência mais alta para perceberem as atividades no digital como participação: “[...] a ver isso como participação e realmente aceitar isso como participação [...]”, já a geração acima, declara Ana exerce “[...] essa participação muitas vezes mais do que nós porque são pessoas que estão mais em casa, mas não veem como participação.”. O mesmo argumento é mencionado por Isabel, que concorda que o espaço digital seja mais apelativo para os jovens transmitirem o que pensam, sendo para as gerações mais sénior “[...] um espaço mais para receber informação [...]”.

Os outros subtemas mencionados como fatores que condicionam foram: a necessidade de oferta continuada e persistência nas iniciativas (Maria), o nível de instrução (Beatriz e Isabel), o grupo de pertença/contexto familiar (Beatriz e Ana) e o interesse pessoal (Maria e Beatriz, José).

Neste seguimento, de acordo com Maria, “[...] não é uma questão do rural ou cidade, tem mais a ver com a pessoa e com os interesses da pessoa.”, o mesmo é confirmado por Beatriz: “[...] o interesse pessoal é que vai condicionar a participação na vida política.”.

#### *Participação Tradicional Offline e Participação Digital*

Tendo em consideração que não existiu consenso nas respostas dadas no questionário quanto ao impacto que ambos os modos exercem, esta temática foi abordada nas entrevistas de forma mais aprofundada, questionando as diferenças percebidas.

De acordo com Maria, a participação tradicional e a participação digital “completam-se e complementam-se”, argumento também reiterado por Isabel, pensando no digital como “complemento” das atividades tradicionais. Todavia, Maria menciona que não são ouvidas nem avaliadas da mesma forma. Também Beatriz considera que os meios de comunicação tradicionais (em especial a televisão) dão mais ênfase à participação física do que à participação e mobilização no digital.

Se por um lado, Ana menciona a eficácia aumentada do digital face às campanhas físicas, permitindo também a sua maior divulgação, bem como das propostas dos partidos e dos debates, por outro, Isabel acredita que a participação tradicional tem mais eficácia e visibilidade e “[...] poder de fazer acontecer [...]”, considerando-a como a “[...] maior fatia de participação ativa [...]”.

Enquanto colaborador de uma autarquia, José evidenciou uma resposta claramente negativa quando questionado se dar a opinião nas redes sociais e dar a opinião presencialmente tem a mesma eficácia. Demonstrou a necessidade de relativizar as opiniões e pedidos que recebe de modo a tornar claro que nem todos os “*inputs*” são comunicações oficiais. Perceciona também que a comunicação no digital, nomeadamente quando se trata de comunicar com entidades políticas é mais “apetecível” do que o confronto cara-a-cara, nomeadamente porque mais rapidamente recebe apoio com comentários e “gostos”, do que se fosse presencialmente a uma junta de freguesia realizar uma queixa.

O mesmo entrevistado (José) mencionou que as mobilizações no digital, apesar de reconhecer o impacto da Internet, não têm a mesma eficácia das formas tradicionais (“Agora não querendo diminuir essa forma de mobilização, a nossa cidadania exige muito mais do que isso, se calhar é muito difícil equacionarmos isso, mas quantas daquelas pessoas que têm atividade muito de redes, efetivamente votam?”).

É de ressaltar que todos os participantes (Maria, Beatriz, José, Ana e Isabel), assumem as eleições/voto político como a mais importante e eficaz atividade, confirmando os resultados do questionário.

#### *“Chegar junto de nós é importante”*

Quando questionados sobre as iniciativas digitais a serem promovidas, as respostas demonstraram resultados surpreendentes. Maria refere que as iniciativas da sua Junta de Freguesia nunca lhe foram apresentadas, mas que acompanha o trabalho de Câmara Municipal através das redes sociais, nomeadamente assistindo às sessões da Assembleia Municipal, afirmando que as iniciativas são importantes para garantir informação atualizada e gratuita aos residentes (“Chegar junto de nós é importante”).

De acordo com José, estas iniciativas são importantes pois não pode existir receio em ter uma comunidade mais informada e isso é alcançado com partilhas de iniciativas. Também Isabel indica a importância destas iniciativas para garantir a acessibilidade de todos, “[...] eu posso não querer participar numa juventude partidária, mas posso querer estar informado e posso querer saber quais são os problemas e ajudar a resolvê-los enquanto cidadã [...]”.

Já Ana tem uma opinião oposta pois menciona que a existência dessas iniciativas não é necessária, afirma: “[...] acho que não é necessário existir incentivos para isso porque vai ser uma coisa que como cresceu até agora, vai continuar a crescer.”.

#### *Viver na área rural condiciona?*

Considerando os resultados similares na análise dos questionários e também ao longo da entrevista, colocou-se a necessidade de questionar cada um dos 5 participantes sobre se percebem o seu local de residência como uma limitação à participação política no digital.

Maria menciona “[...] eu acho que hoje em dia a nível da aldeia todas as aldeias têm Internet, todos têm a cabo ou têm fibra.”, notando não perceber diferenças neste âmbito. Também José nota “[...] o meio rural não é um meio desprovido de informação ou de pessoas interessantes, muito pelo contrário.”, não sentindo que a vivência pessoal no meio teve qualquer impacto na sua percepção e atitudes.

Beatriz, Ana e Isabel têm uma visão oposta deste cenário. Beatriz menciona que o meio urbano oferece mais oportunidades de participação e que no meio rural ainda existe uma discrepância de acesso à Internet: “Muitas vezes no meio rural nem toda a gente tem Internet gratuita por exemplo ou ilimitada. Nem toda a gente tem computador com internet ilimitada porque a própria vida da pessoa cultural e pessoal não é criada essa oportunidade.”. Já Ana opina que o local de residência impacta a visão das pessoas sobre a temática em estudo, mas assume que na zona de Torres Vedras este fenómeno não é tão visível porque não existem áreas isoladas. Seria mais visível, segundo Ana, em áreas como o Alentejo em que a informação não tem tanto alcance e as opiniões políticas se mantêm iguais há anos (“[...] não estou a pensar tanto na zona onde nós vivemos, mas realmente zonas mais isoladas, acho que principalmente aqui em Torres e arredores já tem muito mais pessoas já não está tão desabitada [...]”)

Isabel também destaca a escolaridade e capacidade económica como fatores decisivos, sendo ambos menores no meio rural, adicionando que a baixa literacia digital também contribui para este cenário. Reitera que o meio urbano tem mais oferta de oportunidades e de aproximação com decisores políticos. Contrariamente ao que afirma Ana, assume que o fenómeno é visível em Torres Vedras e perceptível na União das Freguesias de Carvoeira e Carmões: “Felizmente, hoje em dia consegue-se se calhar através também dos meios digitais, chamar mais pessoas, mas como é vista como uma freguesia mais do interior acaba por ficar mais esquecida.”.

### **A percepção das atividades políticas em ambiente digital**

Esta dissertação pretende contribuir para a compreensão das percepções do público sobre as atividades políticas em ambiente digital, nomeadamente se as consideram participação política e se existem diferenças significativas na percepção dos participantes residentes na zona urbana e na zona rural. Neste sentido, foi possível recolher resultados que ajudam na reflexão sobre a problemática da relação entre o mundo digital e a política.

De modo a facilitar a análise e permitir uma resposta completa ao objetivo primordial da investigação, foram examinadas as visões dos participantes em confronto com os seguintes temas: o impacto e eficácia do mundo digital; os receios e aspetos positivos da atividade política em espaço digital; o papel do mundo digital; a existência de participação política na Internet.

Começando pelo impacto do digital, esta já foi uma temática explorada anteriormente em investigações como a de Smith, et al. (2019) e Wike, et al. (2022), mas que continua a ser relevante para a matéria em estudo. É importante salientar que a maioria dos participantes no estudo tem acesso à Internet e a utiliza diariamente. Sendo que, todos os participantes da entrevista reconhecem o impacto relevante e crescente do mundo digital.

Na avaliação da eficácia das atividades políticas, tanto o questionário, como a entrevista permitiram recolher dados que confirmam que, para a maioria dos participantes, os atos eleitorais e atividades físicas são as atividades políticas que apresentam maior eficácia. Já as atividades com maior ineficácia política foram iguais para os dois grupos no questionário, sendo todas digitais: seguir políticos em redes sociais, contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais e visitar *websites* políticos.

Um dos tópicos mais recorrentes na interpretação dos dados é a relevância dada pelos participantes à faixa etária dos utilizadores da Internet para fins políticos. A faixa etária mais nova é percecionada por vários participantes do questionário e da entrevista como sendo mais propícia a utilizar a Internet para participar politicamente, mas também para ser alvo das iniciativas políticas no digital, sendo um dos aspetos positivos da Internet mencionados no questionário. Estes resultados atestam as investigações de Wike, et al. (2022), Di Gennaro e Dutton (2006), Oser, et al. (2013) e Theocharis e Van Deth (2018). Porém, deve-se ressaltar que os participantes neste estudo tinham idades diversas, todos tinham acesso à Internet e não foi apresentada uma diferença significativa nas respostas do questionário e da entrevista que resultasse numa interpretação indicativa da idade como fator condicionante.

Outros fatores condicionadores foram ainda mencionados pelos participantes da entrevista. Tais como: o nível de instrução, o contexto familiar e o interesse pessoal, - este último corroborando a investigação desenvolvida por Pitogo e Ramos (2020).

Também os receios e os benefícios percebidos foram explorados através do questionário e da entrevista. Os temas abordados por ambos os grupos em estudo foram diversificados, sendo que o receio da desinformação e ausência de filtros e manipulação e má interpretação foram mencionados por ambos. Nas entrevistas, além desses, foi salientado a inexistência de um contacto cara-a-cara. Como aspetos positivos apontados nos questionários nos dois grupos de participantes no estudo, evidencia-se a possibilidade de obter conhecimento através da Internet, o alcance dos meios digitais, a informação partilhada, a facilidade, a comodidade pois não é necessário deslocação, a rapidez, o maior envolvimento das pessoas, o aumento da participação e o benefício da aproximação às camadas mais jovens. Nas entrevistas são também mencionados o aumento de oportunidades de participação política permitidos pelo digital e a acessibilidade do digital.

Os participantes desta investigação interpretaram uma listagem de aspetos positivos e negativos diversificada passível da conclusão de que os participantes apesar de reconhecerem os benefícios e as oportunidades adjacentes da participação política no digital, ainda consideram aspetos negativos e alguns entraves à atividade política *online*. Esta visão suporta as investigações de Smith, et al. (2019) e de Wike, et al. (2022).

Importa, de igual forma, refletir sobre a visão do papel do mundo digital na política e, para esse efeito, começa-se por salientar as atividades digitais mais exercidas pelos participantes deste estudo, sendo essas: assinar petições *online* (61 dos 72 participantes), seguir figuras políticas nas redes sociais (40 dos 72) e partilhar e comentar conteúdo de teor político (37 dos 72). Este é um indicador muito importante a ser tido em conta, pois estas atividades digitais, apesar de apresentarem resultados inferiores aos da atividade “votar numa eleição política”, foram indicadas em maior número de todas as outras atividades *offline*.

Nas entrevistas, no debate entre participação política tradicional e participação digital e o impacto de ambos, tal como nos questionários, as conclusões demonstraram subjetividade. Existe uma clara divisão de opiniões, nos questionários, entre os que acham que as atividades políticas no digital têm maior impacto e os que pensam que são as atividades no *offline*. Já nas entrevistas, são mencionadas as diferenças na avaliação e na comunicação das atividades políticas dependendo do meio, reiterando a maior eficácia das atividades *offline*, especialmente do voto. Uma visão comum em duas das entrevistadas (Maria e Isabel) e que merece destaque é a ideia de que ambas as formas de participação política (*online* e *offline*) se completam.

Pode-se inferir que, independentemente das diferentes apreciações, a maioria dos participantes (68 dos 72) neste estudo reconhece a importância de existirem iniciativas que permitam a participação política no meio digital. Os entrevistados apontam a necessidade de criar condições para facilitar o acesso a todos e promover as condições para uma população mais informada e participativa na vida política através do meio digital. Tendo em consideração as iniciativas apresentadas no questionário, os resultados deste estudo indicam que um número considerável dos participantes tem conhecimento das mesmas, especialmente na área rural.

O último subtema de percepção das atividades políticas no digital, a *Existência de participação na Internet*, alinha-se com a primeira questão da investigação, obrigando a uma resposta mais completa.

*Q1: Os participantes consideram atividades políticas na Internet como participação política?*

De forma a responder à primeira questão de partida foi considerada a *H1: as atividades políticas no mundo digital são consideradas como participação política*, e utilizados os dados recolhidos no questionário e na entrevista. Os resultados sugerem dados surpreendentes.

Os resultados demonstram uma opinião favorável à interpretação da maioria das atividades digitais enquanto participação política, seis no Grupo 1 e cinco no Grupo 2. Nomeadamente, sobressaem-se aquelas com resultados mais elevados, sendo estas: assinar petições *online* (57 em 72), participar em manifestações digitais (50 em 72), entrar em fóruns para discutir assuntos políticos (28 em 72) e partilhar e comentar conteúdo de teor político (22 em 72). Salientam-se as petições *online*, mencionadas como a atividade no mundo digital mais exercida pelos participantes, mas também como a que tem uma percepção de eficácia mais elevada, apesar da diversidade dos dados apresentados (ver Quadro 4.1. e Quadro 4.2.). As entrevistas também identificam visões do fenómeno bastante alargadas. Apenas um dos cinco entrevistados (Isabel) associa participação política, de uma forma mais explícita, às atividades partidárias, todos os outros apontam para uma ampla definição do conceito, defendendo que basta existir interação e troca de opiniões para conseguir influenciar e essa influência já é participação.

Por outro lado, as atividades digitais que os participantes tenderam a não perceberem como participação política foram: contactar entidades ou figuras políticas por e-mail ou redes sociais, seguir figuras políticas nas redes sociais, visitar *websites* políticos e realizar ativismo nas redes sociais. Enquanto justificações para esta percepção como não-participação de algumas atividades, os resultados sobrepostos dos dois grupos sugerem que os participantes tendem a ver certas atividades como atos pessoais, isto é, nem os consideram políticos, veem-nas também como atos informativos, que carecem de formato físico, ou que, no seu todo não resultam em impacto ou efeitos significativos.

Neste seguimento, a ênfase do benefício de partilha de informação através das novas tecnologias mencionado no questionário, fez com que fosse necessário perceber se o carácter informativo é uma ferramenta digital ou se também pode ser considerado como uma vertente participativa. Os participantes na entrevista demonstram que a informação deve ser assumida como ponto de partida para a participação política. Apesar de, na sua maioria, não pensarem que aceder a conteúdo seja por si só participação, afirmam que essa é uma atividade que tem potencial para influenciar a tomada de decisão.

*Q2: Existem diferenças significativas entre a percepção da população na zona urbana e na zona rural do concelho de Torres Vedras?*

Tendo em consideração a *H2: Existem diferenças na percepção dos participantes, comparando os dois grupos em análise: os participantes da zona rural e os da zona urbana*, os dados indicam que os participantes de ambos os grupos em estudo apresentam respostas sem diferenças significativas e até

similares em alguns casos. Todavia, isto não significa que esta dimensão de análise não seja relevante, nem que deva ser ignorada em investigações futuras, nomeadamente pois os grupos em análise demonstraram visões significativamente heterogéneas nos aspetos positivos e negativos e também no impacto que o digital tem na política face aos modos tradicionais (questão 12.1., ver anexo A).

De acordo com as entrevistas que tiveram participantes de ambas as áreas, as perceções sobre a fator do local de residência como condição para a participação no digital apresentaram opiniões diversas. Como, por exemplo, ao nível do acesso à Internet que Beatriz e Isabel ainda veem como um aspeto atual, não sendo algo que Maria concorda. Bem como, ao nível da própria participação, em que José não vê a zona rural onde cresceu (União das Freguesias de Carvoeira e Carmões) como limitadora, mas Isabel percebe ainda alguns obstáculos no acesso a oportunidades políticas.

Em suma, apesar da perspetiva apresentada por alguns participantes sobre a inexistência de diferenças entre o meio urbano e o meio rural do concelho de Torres Vedras, não devemos ignorar os argumentos da maior oferta e leque de oportunidades oferecidos no meio urbano aos seus residentes, bem como, o da existência de disparidades no acesso à Internet dentro do concelho.

## Conclusão

Este estudo exploratório sobre as atividades políticas em ambiente digital ajudou a problematizar e aprofundar o saber sobre as atividades políticas *online* que podem ser consideradas participação política, sendo um contributo para a identificação de atividades que promovam a democracia.

O objetivo primordial da investigação foi identificar a perceção dos participantes sobre a relação entre a Internet e as novas tecnologias da informação e da comunicação com a política, especificamente conhecer as visões e as opiniões acerca de atividades políticas no mundo digital e a possibilidade de estas serem consideradas participação política. Explorou, de igual forma, uma comparação entre a zona urbana e a zona rural do Concelho de Torres Vedras de modo a identificar se existiam diferentes perspetivas condicionadas pelo local de residência e pelas características adjacentes ao meio.

Tendo como base a recolha e avaliação de 72 questionários (42 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e 30 da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões) e orientação de 5 entrevistas semiestruturadas (3 entrevistados da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e 2 da União das Freguesias de Carvoeira e Carmões), foi possível a realização de um narrativa que permite uma análise e um confronto, não só com a literatura revista sobre o tema, mas também comparando os dois grupos em estudo. Tendo participantes residentes da área urbana (42) do concelho de Torres Vedras e de uma área rural (30), os resultados adquiridos obtiveram um maior interesse empírico, mas também ofereceram um estudo exploratório capaz de servir como base para uma investigação de maior-escala.

A escolha metodológica permitiu uma resposta estruturada e clara às questões de partida da dissertação: “Os participantes consideram atividades políticas na Internet como participação política?” e “Existem diferenças significativas entre a perceção da população na zona urbana e na zona rural do concelho de Torres Vedras?”. Considerando os dados obtidos através dos questionários e das entrevistas, podemos sugerir que os participantes reconhecem o impacto do meio digital e valorizam as iniciativas digitais que visam promover a participação política na Internet. Um dos resultados mais relevantes surgiu do enaltecimento de atividades políticas digitais enquanto modos de participação política pelos participantes, obtendo resultados bastante favoráveis, na sua maioria, com destaque para: assinar petições *online*, participar em manifestações digitais, partilhar e comentar conteúdo de teor político e entrar em fóruns para discutir assuntos políticos, com os resultados mais elevados. Porém, ao nível da eficácia, a participação política no digital ainda carece de uma visão mais otimista, sendo que, “votar numa eleição política” ainda é considerado como a atividade com maior eficácia, verificando-se uma discrepância para todas as outras atividades mencionadas.

Quanto ao local de residência enquanto fator que condiciona a perceção dos participantes sobre a temática, os resultados já não foram tão explícitos. Apesar dos dados do questionário demonstrarem respostas semelhantes, durante a entrevista é possível recolher a visão de que este tópico é mais profundo e que as disparidades adjacentes da vivência em meio urbano e em meio rural podem, de acordo com alguns participantes, condicionar não só a utilização da Internet, como também a participação política

de cada um. Destacam-se as oportunidades que existem no mundo urbano que não são disseminadas para a zona rural, mas também a desigualdade no acesso à Internet. Todavia, esta temática carece de uma investigação numa escala aumentada e com maior diversidade de respostas, de modo a garantir que todas as visões são consideradas, sendo que, nesta investigação todos os participantes tinham acesso à Internet.

Outros fatores condicionantes a considerar para investigações e inquirições futuras no panorama português são a idade e o nível de escolaridade, pois merecem mais atenção e aprofundamento.

De notar que a maior dificuldade sentida na realização desta investigação foi a fraca adesão de participantes ao questionário. De modo a alcançar mais resultados, o período de recolha sofreu alargamento, bem como a técnica de realização do questionário que incluiu questionários em papel e questionários *online* para garantir o maior alcance.

Importante também será reconhecer a maior limitação, que também recaiu nos participantes do questionário. Após a entrega dos questionários no local da Junta de Freguesia, a informação chegada foi que uma percentagem dos questionários teriam sido respondidos pelos trabalhadores da Junta, o que causa um obstáculo na análise com viés da resposta pela fraca diversidade. Contudo, após a análise inicial, foi possível constatar que existiu, independentemente desse fator, uma heterogeneidade de respostas.

Em suma, esta investigação permitiu explorar uma temática de elevado interesse e centralidade no mundo atual: o papel da Internet na política, no contexto português, sendo a primeira investigação deste tipo realizada em território nacional. Através desta pesquisa foi possível constatar que as atividades políticas no mundo digital estão a tornar-se mais relevantes e podem efetivamente ser percecionadas como participação política.

Este estudo pode ser considerado um ponto de partida para novas investigações sobre as perceções da população sobre a relação entre a Internet e a Política. Sublinha-se a oportunidade de servir como base para estudos de maior dimensão aplicáveis à população portuguesa, bem como, fornecer informações importantes de forma a melhorar a interação entre os órgãos de governação e a população.

## Referências Bibliográficas

- Accornero, G. & Ramos Pinto, P. (2015). 'Mild Mannered'? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491-515. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.937587>
- Accornero, G. (2016). Revolutionary or mild mannered. *Social Movements and Social Movements Studies in Portugal*. Em G. Accornero & O. Filliule (Eds.), *Social Movement Studies in Europe The State of the Art*, (pp. 356-370). Berghahn.
- Accornero, G. (2017). The Mediation of the Portuguese Anti-Austerity Protest Cycle. Media Coverage and Its impact. Em T. Papaioannou & S. Gupta. *Media Representations of Anti-Austerity Protests in the EU* (Capítulo 9). Routledge.
- Accornero, G. & Kousis, M. (2023). From Protesting Against Troika Bailouts to Pro-EU Governing in Greece and Portugal: Europeanisation and Institutionalisation Processes. *Journal of Common Market Studies*. <https://doi.org/10.1111/jcms.13509>
- Batista, B. F., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista? Em P. Sá., A. P. Costa & A. Moreira, *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação - recolha de dados* (pp.13-36). Universidade de Aveiro.
- Beissinger, M. R. (2017). "Conventional" and "Virtual" Civil Societies in Autocratic Regimes. *Comparative Politics*, 49(3), 351-371. <https://doi.org/10.5129/001041517820934267>
- Berg, S. & Hofmann, J. (2021). Digital democracy. *Internet Policy Review*, 10(4). <https://policyreview.info/articles/analysis/digital-democracy>
- Bimber, B., Cunill, M. C., Copeland, L. & Gibson, R. (2014). Digital Media and Political Participation: The Moderating Role of Political Interest Across Acts and Over Time. *Social Science Computer Review*, 33(1), 21–42. <https://doi.org/10.1177/0894439314526559>
- Bossetta, M., Segesten, A. D. & Trenz, H. (2017). Engaging with European Politics Through Twitter and Facebook: Participation Beyond the National? Em M. Barisione & A. Michailidou. *Social Media and European Politics* (pp. 53-76). Palgrave Studies in European Political Sociology. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-59890-5\\_3](https://doi.org/10.1057/978-1-137-59890-5_3)
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology, *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cabral, M. V. (1997). *Cidadania politica e equidade social em Portugal*. Celta.
- Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania politica em Portugal. Em M. V. Cabral, J. Vala & J. Freire (Eds.), *Trabalho e Cidadania*. ICS.
- Câmara Municipal de Torres Vedras (2021, julho 30). *Censos 2021: População do concelho de Torres Vedras aumentou 4,6%*. <https://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/censos-2021-populacao-do-concelho-de-torres-vedras-aumentou-46>
- Câmara Municipal de Torres Vedras (s.d.). *Página Inicial*. <https://www.cm-tvedras.pt/>
- Câmara Municipal de Torres Vedras (s.d.). *União das Freguesias de Carvoeira e Carmões*. <https://www.cm-tvedras.pt/freguesias/carvoeira-carmoes>
- Cammaerts, B., Bruter, M., Banaji, S., Harrison, S. & Anstead, N. (2014). The myth of youth apathy: young Europeans' critical attitudes toward democratic life, *American Behavioral Scientist*, 58(5), 645–664. <https://doi.org/10.1177/0002764213515992>
- Campos, R., Pereira, I. & Simões, J. A. (2016). Ativismo Digital em Portugal Um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 27-51. <https://journals.openedition.org/spp/2460>
- Cardoso, G., Accornero, G., Lapa, T. & Azevedo, J. (2017). Social Movements, Participation and Crises in Europe. Em M. Castells (Ed.) *Europe's Crises*, (pp. 405-427). Polity Press.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto- -Aprendizagem* (2ª Edição). Universidade Aberta.
- Castells, M. (2001). *The Internet galaxy: Reflections on the Internet, business, and society*. Oxford University Press.
- Cho, W. K. T. & Gimpel, J. G. (2009). Presidential voting and the local variability of economic hardship. *Jornal The Forum*, 7(1), 1–21. <https://doi.org/10.2202/1540-8884.1286>

- Choi, M. (2016). A Concept Analysis of Digital Citizenship for Democratic Citizenship Education in the Internet Age, *Theory & Research in Social Education*, 44(4), 565-607. <https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>
- Conselho da Europa. (2009). *Electronic democracy (“e-democracy”): Recommendation CM/Rec(2009)1 and explanatory memorandum*. Council of Europe Publishing.
- Crawford, K. (2009). Following you: Disciplines of listening in social media. *Continuum*, 23(4), 525–535. <https://doi.org/10.1080/10304310903003270>
- Creswell, J. (2013). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. SAGE Publications.
- Dalton, R. (2008). *The Good Citizen: How a Younger Generation is Reshaping American Politics*. CQ Press.
- Deseriis, M. (2021). Rethinking the digital democratic affordance and its impact on political representation: Toward a new framework. *New Media & Society*, 23(8), 2452-2473. <https://doi.org/10.1177/1461444820929678>
- Di Gennaro, C & Dutton, W. (2006). The Internet and the Public: Online and Offline Political Participation in the United Kingdom. *Parliamentary Affairs*, 59(2), 299–313. <https://doi.org/10.1093/pa/gsl004>
- Direção-Geral das Atividades Económicas (s.d.). *Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal*. <https://www.dgae.gov.pt/comunicacao/destaques/plano-de-acao-para-a-transicao-digital-.aspx>
- Dolata, U. & Schrape, J. (2015). Masses, Crowds, Communities, Movements: Collective Action in the Internet Age. *Social Movement Studies*, 15 (1), 1-18. <https://doi.org/10.1080/14742837.2015.1055722>
- Downe-Wamboldt, B. (1992). Content analysis: Method, applications, and issues. *Health Care for Women International*, 13(3), 313–321. <https://doi.org/10.1080/07399339209516006>
- Earl, J. & Kimport, K. (2011). *Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet age*. MIT Press.
- Fedotova, O., Teixeira, L. & Alvelos, H. (2012). E-participation in Portugal: evaluation of government electronic platforms. *Procedia Technology*, 152-161. <https://doi.org/10.1016/j.protcy.2012.09.017>
- Feezell, J. (2016). Predicting Online Political Participation: The Importance of Selection Bias and Selective Exposure in the Online Setting. *Political Research Quarterly*, 69(3), 495-509. <https://doi.org/10.1177/1065912916652503>
- Fornos, A. C., T. Power, & J. Garand. (2004). Explaining voter turnout in Latin America, 1980 to 2000. *Comparative Political Studies*, 37(8), 909-940. <https://doi.org/10.1177/0010414004267981>
- Freire, A. & Magalhães, P. (2002). *A Abstenção Eleitoral Em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Friess, D., Escher, T., Gerl, K. and Baumann, M. (2021). Political online participation and its effects: Theory, measurement, and results. *Policy Internet*, 13(1). <https://doi.org/10.1002/poi3.270>
- Gibson, R., & Cantijoch, M. (2013). Conceptualizing and measuring participation in the age of the Internet: Is online political engagement really different to offline? *The Journal of Politics*, 75(3), 701–716. <https://doi.org/10.1017/s0022381613000431>
- Gray, M., & Caul, M. (2000). Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997 the effects of declining group mobilization. *Comparative Political Studies*, 33(9), 1091-1122. <http://dx.doi.org/10.1177/0010414000033009001>
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press (Obra original publicada em 1992).
- Hill, M. M. (2014). Desenho de questionário e análise dos dados - alguns contributos. Em L. L. Torres & J. A. Palhares. *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*. Edições Húmus.
- Hoffmann, C. P. & Lutz, C. (2021). Digital Divides in Political Participation: The Mediating Role of Social Media Self-Efficacy and Privacy Concerns. *Policy & Internet*, 13, 6-29. <https://doi.org/10.1002/poi3.225>
- Hooghe, M., & Kern, A. (2017). The tipping point between stability and decline: trends in voter turnout. *European Political Science*, 16, 535–352. <https://doi.org/10.1057/s41304-016-0021-7>
- Instituto Nacional de Estatística (2020). *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Instituto Nacional de Estatística. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=541052592&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=541052592&DESTAQUESmodo=2)

- International Association for Public Participation. (2007). *IAP2 Spectrum of Public Participation*. International Association for Public Participation.
- Jackson, S. F. (2018). Progressive Social Movements and the Internet. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.644>
- Kavanagh, A., Sinnott, A., Stewart Fotheringham, A. & Charlton, M. (2006). *A geographically weighted regression analysis of general election turnout in the Republic of Ireland* [Sessão de Conferência]. Political Studies Association of Ireland Conference, University College Cork.
- Kim, B., & Hoewe, J. (2020). Developing contemporary factors of political participation. *The Social Science Journal*. <https://doi.org/10.1080/03623319.2020.1782641>
- Lapa, T., & Cardoso, G. (2016). (Social) Media isn't the message, networked people are: calls for protest through social media. *Observatorio*, Edição Especial, 202–219. <https://doi.org/10.15847/obsOBS0020161083>
- Lindgren, S. (2019). Movement Mobilization in the Age of Hashtag Activism: Examining the Challenge of Noise, Hate, and Disengagement in the #MeToo Campaign. *Policy and Interest*, 11(4), 418-438. <https://doi.org/10.1002/poi3.212>
- Lindner, R. & Aichholzer, G. (2020). E-Democracy: Conceptual Foundations and Recent Trends. Em L. Hennen, I. van Keulen, I. Korthagen, G. Aichholzen, R. Lindner & R. Nielsen (Eds.) (pp. 11-46). *European E-Democracy in practice*. Springer.
- Lutz, C.; Hoffmann, C. P. & Meckel, M. (2014). Beyond just politics: A systematic literature review of online participation. *First Monday*, 19(7). <https://doi.org/10.5210/fm.v19i7.5260>
- Magalhães, P. (2005). Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal. *West European Politics*, 28(5), 973-993. <https://doi.org/10.1080/01402380500310626>
- Manoel, L., Costa, A. & Cabral, P. (2021). Voter Turnout in Portugal: A Geographical Perspective, 8(1), 88-111. *Papers in Applied Geography*. <https://doi.org/10.1080/23754931.2021.1958251>
- Mansley, E., & U. Demšar. (2015). Space matters: geographic variability of electoral turnout determinants in the 2012 London mayoral election. *Electoral Studies*, 40, 322–334. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2015.10.003>
- Morgado, J. C. (2013). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação* (4ª Edição). De Facto Editores.
- Morozov, E. (2009, maio 19). The brave new world of slacktivism. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2009/05/19/the-brave-new-world-of-slacktivism/>
- OCDE. (2003). *Promises and problems on e-democracy: challenges of online citizen engagement*. OCDE.
- Orçamento Participativo Torres Vedras. (s.d.). *O que é o Orçamento Participativo?* <https://op.cm-tvedras.pt/sobre-o-op/2/o-que-e-o-orcamento-participativo>
- Oser, J., Hooghe, M. & Marien, S. (2013). Is Online Participation distinct from offline participation? A Latent class analysis of participation types and their stratification. *Political Research Quarterly*, 66(1), 91-101. <https://doi.org/10.1177/1065912912436695>
- Pattie, C. J., Johnston, R. J., Shipper, M. & Potts, L. (2015). Are regions important in British elections? Valence politics and local economic contexts at the 2010 general election. *Regional Studies*, 49(9), 1561-1574. <https://doi.org/10.1080/00343404.2013.847271>
- Pitogo, V. A. & Ramos, C. D. (2020). Social media enabled e-Participation: a lexicon-based sentiment analysis using unsupervised machine learning [Conferência]. ICEGOV'20: Proceedings of the 13th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance, 518-528. <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3428502.3428581>
- Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (2020). Lista de Freguesias Rurais PDR 2020. <http://www.pdr-2020.pt/O-PDR2020/Arquitetura/Area-3-Ambiente-Eficiencia-no-Uso-dos-Recursos-e-Clima/Medida-8-Protexao-e-Reabilitacao-de-Povoamentos-Florestais/Acao-8.2-Gestao-de-Recursos-Cinegeticos-e-Aquicolas/Operacao-8.2.1-Gestao-de-Recursos-cinegeticos/Documentos-de-Suporte/Lista-de-Freguesias-Rurais-PDR-2020>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª edição). Grávida.
- Ruess, C., Hoffman, C. P., Boulianne, S. & Heger, K. (2023). Online political participation: the evolution of a concept. *Information, Communication & Society*, 26(8), 1495-1512. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2021.2013919>

- Schlozman, K., Verba, S., & Brady, H. (2010). Weapon of the Strong? Participatory Inequality and the Internet. *Perspectives on Politics*, 8, 487–509.
- Sloam, J. (2014). New voice, less equal: the civic and political engagement of young people in the United States and Europe. *Comparative Political Studies* 47(5), 663–688. <https://doi.org/10.1177/0010414012453441>
- Smith, A., Silver, L., Johnson, C. & Jiang, J. (2019). Publics in Emerging Economies Worry Social Media Sow Division, Even as They Offer New Changes for Political Engagement. *Pew Research Center*. <https://www.pewresearch.org/internet/2019/05/13/publics-in-emerging-economies-worry-social-media-sow-division-even-as-they-offer-new-chances-for-political-engagement/>
- Smith, S. & Dalakiouridou, E. (2009). Contextualising Public Participation in the Governance of the European Union. *European Journal of ePractice*, 7, 4-14.
- Taiwo, O. J., & F. Ahmed. (2015). Geographical analysis of voter apathy in presidential elections between 1999 and 2011 in Nigeria. *African Geographical Review*, 34(3), 250–268. <https://doi.org/10.1080/19376812.2015.1009381>
- Theocharis, Y. & Van Deth, J. W. (2018). The continuous expansion of citizen participation: a new taxonomy. *European Political Science Review*, 10(1), 139-163. <https://doi.org/10.1017/S1755773916000230>
- Theocharis, Y. (2015). The conceptualization of digitally network participation. *Social Media + Society*, 1(2). <https://doi.org/10.1177/2056305115610140>
- Van Deth, J. W. (2014). A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, 49, 349–367. <https://link.springer.com/article/10.1057/ap.2014.6>
- Verba, S., & Nie, N. H. (1972). *Participation in America: Political democracy and social equality*. Harper and Row.
- Viegas, J. M. L., Belchior, A. M. & Seiceira, F. (2011). Mudanças e Continuidades no Modelo de Participação Política em Portugal: Análise Comparada Europeia. *Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, 5. <https://doi.org/10.21814/perspectivas.16>
- Wike, R., Silver, L., Fetterolf, J., Huang, C., Austin, S., Clancy, L. & Gubbala, S. (2022). Social Media seen as mostly good for Democracy across many nations, but the U.S. is a major outlier. *Pew Research Center*. <https://www.pewresearch.org/global/2022/12/06/social-media-seen-as-mostly-good-for-democracy-across-many-nations-but-u-s-is-a-major-outlier/>

## **Anexos**

### **Anexo A – Questionário aplicado na investigação**

#### **Freguesia de residência:**

- Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães
- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões

#### **Faixa etária:**

- 18 – 25
- 26 – 35
- 36 – 45
- 46 – 55
- 56 – 65
- >65

#### **Género:**

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder
- Outro

#### **Grau mais elevado de escolaridade que atingiu:**

- Analfabeto
- 1º ciclo
- 2º ciclo
- 3º ciclo
- Ensino secundário
- Licenciatura
- Mestrado/Pós-Graduação
- Doutoramento

1. Tem acesso à Internet?

- Sim
- Não

2. Utiliza a Internet diariamente?

- Sim
- Não

3. Alguma vez realizou algumas das seguintes atividades:

SIM	NÃO	OPÇÕES
		Votar numa eleição política
		Assinar petições online
		Seguir figuras políticas nas redes sociais
		Participar em manifestação físicas
		Participar em manifestação digitais
		Contactar entidades ou figuras políticas por email ou redes sociais
		Participar em reuniões de cariz político
		Partilhar e comentar conteúdo de teor político
		Realizar ativismo nas redes sociais digitais
		Entrar em fóruns para discutir assuntos políticos
		Integrar um partido ou juventude partidária
		Visitar <i>websites</i> políticos

4. Numa escala de 1 a 5 classifique as atividades tendo em consideração a eficácia política das mesmas, isto é, tendo em consideração os possíveis resultados políticos:

- 1 - Menos eficaz
- 5 - Mais eficaz

	Votar numa eleição política
	Assinar petições online
	Seguir figuras políticas nas redes sociais
	Participar em manifestações físicas
	Participar em manifestações digitais
	Contactar entidades ou figuras políticas por email ou redes sociais
	Participar em reuniões de cariz político
	Partilhar e comentar conteúdo de teor político
	Realizar ativismo nas redes sociais digitais
	Entrar em fóruns para discutir assuntos políticos
	Integrar um partido ou juventude partidária
	Visitar <i>websites</i> políticos

5. Quais das opções supramencionadas considera participação:

SIM	NÃO	OPÇÕES
		Votar numa eleição política
		Assinar petições online
		Seguir figuras políticas nas redes sociais
		Participar em manifestação físicas
		Participar em manifestação digitais
		Contactar entidades ou figuras políticas por email ou redes sociais
		Participar em reuniões de cariz político
		Partilhar e comentar conteúdo de teor político
		Realizar ativismo nas redes sociais digitais
		Entrar em fóruns para discutir assuntos políticos
		Integrar um partido ou juventude partidária

		Visitar <i>websites</i> políticos
--	--	-----------------------------------

5.1. Se respondeu negativamente a alguma das opções, explique as razões para que não sejam consideradas participação:

---

---

---

---

Tendo em consideração que reside no concelho de Torres Vedras, as seguintes questões são direcionadas a iniciativas promovidas dentro do concelho.

6. Tem conhecimento da iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Torres Vedras do Orçamento Participativo online?

- Sim
- Não

6.1. Se Sim, alguma vez participou?

- Sim
- Não

7. Tem conhecimento da iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Torres Vedras de transmissão da Assembleia Municipal por meios digitais?

- Sim
- Não

7.1. Se Sim, alguma vez participou?

- Sim
- Não

8. Tem conhecimento das redes sociais da Junta de Freguesia?

- Sim
- Não

8.1. Se Sim, alguma vez interagiu com as mesmas?

- Sim
- Não

As seguintes questões devem ser respondidas assumindo uma perspetiva geral e não direcionada ao concelho de Torres Vedras ou freguesia de residência.

9. Acha importante existirem iniciativas que promovam a participação dos cidadãos no mundo digital?

- Sim
- Não

10. Indique aspetos positivos ou benefícios da promoção de iniciativas de participação online.

---

---

---

---

---

11. Indique aspetos negativos ou receios que possam existir nas atividades de participação no mundo digital.

---

---

---

---

---

12. Acha que pode existir diferenças ao nível do impacto político quando se trata da comparação da participação tradicional e online?

- Sim
- Não

12.1. Se respondeu que sim, explique o porquê:

---

---

---

---

## Anexo B – Guião da Entrevista semiestruturada

Informação Pessoal	
Género	
Faixa Etária	
Escolaridade	
Profissão	
Local de residência	
Formato da entrevista	

Tema	Exemplos de Questões
Participação política no meio digital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é o impacto do mundo digital na política?</li> <li>• Como perceciona a temática em estudo?</li> <li>• O que entende como participação política?</li> <li>• Que fatores acha que condicionam esta perceção?</li> <li>• Como perceciona participação política no digital? E o que entende pela mesma?</li> <li>• Que papel deve ter a Internet e as redes sociais no mundo da política (informativo, interativo, participativo)?</li> <li>• Acha que as atividades políticas <i>online</i> conseguem ter a mesma eficácia do que as <i>offline</i>? Qual é a maior diferença?</li> <li>• Qual o impacto que pensa que a Internet possa ter na política?</li> <li>• Que tipo de atividades pensa que criam mais impacto e porquê?</li> <li>• Todas as atividades políticas no digital são participação? Existe alguma limitação?</li> <li>• Acha que a Internet tem um impacto reduzido ou significativo na política?</li> <li>• Obter informação é uma forma de participar?</li> </ul>
Iniciativas de democracia digital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensa que seja necessário existir esta vertente do digital quando se trata de participação política?</li> <li>• Qual o papel do governo local nestas iniciativas?</li> <li>• Considera importante existirem estas iniciativas?</li> <li>• Qual o maior benefício e receio que perceciona destas iniciativas?</li> </ul>
Local de residência (Rural/Urbano)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sente que pode haver diferenças ou não?</li> <li>• Acha que residir na sua área (urbana ou rural) tem impacto sobre a sua perceção da Internet na política?</li> <li>• Sente que por viver nesta região existe uma maior abertura ou restrição quanto à visão de participação política online?</li> <li>• Acha que a região pode ser um fator diferenciador? Porquê?</li> <li>• Quais é que são as maiores oportunidades e obstáculos que viver na sua área tem nesta temática?</li> </ul>

## Anexo C – Documento de consentimento do questionário



### DOCUMENTO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**, no âmbito da Dissertação final de Mestrado do curso de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.

O estudo tem por objetivo entender a perceção da população residente no concelho de Torres Vedras sobre ações políticas em ambiente digital. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em responder a um questionário sobre a temática em estudo, cuja duração não ultrapassa dos 10 minutos.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento [indicar art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados].

O estudo é realizado por Carolina Antunes Cosme, aluna de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação – [carolinaacosme@gmail.com](mailto:carolinaacosme@gmail.com), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

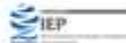
Os seus dados pessoais serão conservados até à entrega final da Dissertação, após a qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email [dpo@iscte-iul.pt](mailto:dpo@iscte-iul.pt). Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa ICS Av. das Forças Armadas, 1649-016 Lisboa T: 351 217 903 300  
[www.iscte-iul.pt](http://www.iscte-iul.pt) [www.facebook.com/ISCTE18](https://www.facebook.com/ISCTE18) [twitter.com/iscte-iul](https://twitter.com/iscte-iul) [www.linkedin.com/company/iscte-iul](https://www.linkedin.com/company/iscte-iul) [www.youtube.com/photos/iscte-iul](https://www.youtube.com/photos/iscte-iul)



**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim  Não

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data)

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## Anexo D – Documento de consentimento da entrevista



### DOCUMENTO CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**, no âmbito da Dissertação final de mestrado do curso de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.

O estudo tem por objetivo entender a perceção da população residente no concelho de Torres Vedras sobre ações políticas em ambiente digital. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em participar numa entrevista sobre a temática em estudo, cuja duração não ultrapassa dos 30 minutos.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento [indicar art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados].

O estudo é realizado por Carolina Antunes Cosme, aluna de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação – [carolinaacosme@gmail.com](mailto:carolinaacosme@gmail.com), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados até à entrega final da Dissertação, após a qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email [dpo@iscte-iul.pt](mailto:dpo@iscte-iul.pt). Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora.

**Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

**Aceito** que a entrevista tenha gravação de som para efeitos de transcrição de texto, sendo que, os dados irão ser tratados apenas para efeitos de investigação.

Sim  Não

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data)

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_